



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**Faculdade de Educação e Psicologia**

# ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Do apartamento de autonomia para a vida adulta – caminhos de  
aprendizagem  
(Estudo de caso)

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências da Educação  
-especialização em Pedagogia Social

Marco Bruno Rocha Barros

Porto, 31 de outubro de 2023



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**Faculdade de Educação e Psicologia**

# ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Do apartamento de autonomia para a vida adulta – caminhos de  
aprendizagem  
(Estudo de caso)

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências da Educação  
-especialização em Pedagogia Social

Marco Bruno Rocha Barros

Trabalho efetuado sob a orientação de:  
Professora Doutora Isabel Baptista

Com coorientação da  
Mestre Renata Machado

Porto, 31 de outubro de 2023

## **Agradecimentos**

A conclusão desta dissertação não seria possível sem o apoio e a dedicação de inúmeras pessoas. Quero expressar minha profunda gratidão e estima pelo apoio neste projeto que se tornou uma realidade.

À Professora Doutora Isabel Baptista, devo um agradecimento especial. A sua disponibilidade, orientação, esclarecimento de dúvidas e material bibliográfico foram essenciais para o sucesso desta pesquisa. O vasto conhecimento, sugestões perspicazes e abordagens rigorosas na análise das ideias apresentadas tiveram um papel fundamental na realização dos objetivos propostos neste trabalho.

À Dra. Manuela Cardoso, sou grato pelo apoio na Instituição onde decorreu esta investigação, pela disponibilidade, celeridade em esclarecer as minhas dúvidas e no acompanhamento de todo este projeto do início até ao fim.

Aos jovens que prontamente se disponibilizaram, sem hesitar a contribuir para este projeto, a sua colaboração foi essencial para concretizar esta dissertação.

Às colegas de mestrado que, de alguma forma, colaboraram ou apoiaram este trabalho, expresso meus sinceros agradecimentos. O vosso apoio foi fundamental.

À minha filha, que é a minha razão para sorrir, para sonhar e a minha força para superar os obstáculos da vida. Relembro as perguntas que me fazia: “Ainda estás a estudar? Mas porquê? Ainda precisas de estudar mais?” estas perguntas deram oportunidade de lhe explicar e demonstrar que nunca devemos desistir de querer evoluir, nem deixar de continuar a lutar pelos nossos sonhos, independentemente da idade, condição física ou mesmo condição financeira. Agora basta agradecer-lhe o “tempo” que me ofereceu para que eu possa ter concluído esta etapa.

À Carla, minha esposa, os meus agradecimentos profundos. A sua presença ao meu lado nos momentos mais desafiadores, o estímulo constante, crença incondicional em mim, paciência, dedicação e compreensão foram essenciais para esta “jornada”.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram no meu percurso académico, apesar de eu saber que as coisas nem sempre foram fáceis. Constantemente me incentivaram a estudar, mesmo sem perceberem como funcionava o Ensino Superior, sempre confiaram nas minhas capacidades. Obrigado pelo vosso esforço inicial na licenciatura, pois esse esforço é que permitiu terminar este mestrado.

Por fim, só posso dedicar este trabalho à minha “velhinha”, à minha querida avó Maria de Lourdes Santos Carvalho, que de uma forma peculiar me incentivou a estudar, depreciando as minhas conquistas, pois ela sabia que só assim eu criava novos desafios. Recordo as suas palavras “Tu estudar? Vais é trabalhar”, “eu acho bem, mas dessa forma não vais a lado nenhum...”. Infelizmente, não estive presente fisicamente na conclusão da minha licenciatura em Educação Social, nem estará na conclusão deste projeto, mas com certeza está orgulhosa do neto “rebelde” que concluiu mais uma etapa.

*“Prefiro caminhar com um amigo no escuro, que sozinho na luz.”*

Helen Keller

## **Resumo**

O presente trabalho corresponde a uma dissertação de Mestrado em Ciências da Educação especialização em Pedagogia Social intitulada-se “Acolhimento Residencial – Do apartamento de autonomia para a vida adulta – caminhos de aprendizagem”.

O estudo realizado expõe a perspectiva de jovens que vivenciam ou vivenciaram a experiência de apartamento de autonomia em contexto de acolhimento residencial, tendo por base as suas percepções.

Partindo do pressuposto que os apartamentos de autonomia permitem aos jovens um “ensaio” da vida autónoma, do ponto de vista teórico foi desenvolvido um trabalho de revisão bibliográfica balizado pelas Ciências da Educação, em particular pela Pedagogia Social.

Do ponto de vista empírico, este trabalho teve por base um estudo de caso, enquadrado por uma abordagem qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas a jovens residentes e ex-residentes de um apartamento de autonomia.

Os dados analisados permitiram concluir que os jovens valorizam as experiências em apartamentos de autonomia, enfatizando a sua importância que lhes permite organizar as suas vidas e tornarem-se independentes no futuro.

**Palavras-chave:** Acolhimento Residencial; Apartamento de Autonomia; Capacitação sociopedagógica; Crianças e Jovens em Perigo

## **Abstract**

The present work corresponds to a Master's thesis in Education Sciences with a specialization in Social Pedagogy titled "Residential Reception - From the Autonomy Apartment to Adulthood - Paths of Learning."

The study conducted presents the perspective of young individuals who have experienced or are experiencing the autonomy apartment experience in a residential reception context, based on their perceptions.

Assuming that autonomy apartments provide young people with a "trial" of independent living, from a theoretical perspective, a literature review was developed within the field of Education Sciences, particularly in Social Pedagogy.

From an empirical standpoint, this work was based on a case study, framed within a qualitative approach, using semi-structured interviews with young residents and former residents of an autonomy apartment.

The analyzed data allowed for the conclusion that young people value their experiences in autonomy apartments, emphasizing their importance in enabling them to organize their lives and become independent in the future.

**Keywords:** Residential Care; Autonomy Apartment; Socio-pedagogical training; Children and Youth in Danger

## **Glossário**

CASA – Relatório anual de caracterização da situação de acolhimento de crianças e jovens

CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

FEP-UCP – Faculdade de Educação e Psicologia – Universidade Católica do Porto

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IRS - Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares

LPCJP - Lei de proteção de crianças e jovens em perigo

ONU – Organização das Nações Unidas

RI – Regulamento Interno da IPSS

SPCE - Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação

UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Índice

<b>Índice .....</b>	<b>8</b>
<b>Índice de tabelas e esquemas .....</b>	<b>10</b>
<b>Introdução geral .....</b>	<b>11</b>
<b>1ª PARTE - Enquadramento conceptual.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo I.....</b>	<b>15</b>
<b>1 - Educação e Desenvolvimento Humano .....</b>	<b>15</b>
1.1 Educação e Formação ao longo da vida.....	15
1.2. Ciências da Educação e Pedagogia Social.....	19
1.3. Pedagogia Social e Educação Social .....	22
<b>Capítulo II.....</b>	<b>25</b>
<b>2 - Promoção da Infância e juventude .....</b>	<b>25</b>
2.1. Noções de infância e juventude .....	25
2.2. Noção de crianças e jovens em perigo.....	27
2.3. As políticas sociais e inclusão social das crianças e jovens .....	30
<b>Capítulo III.....</b>	<b>33</b>
<b>3 - Promoção e Proteção das Crianças e Jovens .....</b>	<b>33</b>
3.1. O conceito(s) e processo(s) de institucionalização .....	33
3.2. Enquadramento normativo da legislação sobre a proteção de crianças.....	35
3.3. Acolhimento Residencial em Portugal.....	41
Conclusão.....	43
<b>2ª PARTE - Estudo empírico.....</b>	<b>45</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>46</b>
<b>Capítulo I.....</b>	<b>47</b>
<b>1 - Justificação da Opção Metodológica .....</b>	<b>47</b>
1.1 Questões e Objetivos da Investigação .....	47

1.2. Estratégia de Desenvolvimento .....	48
1.3 Critérios de análise e de discussão de dados.....	53
<b>Capítulo II.....</b>	<b>55</b>
<b>2 - Contextualização da Pesquisa .....</b>	<b>55</b>
2.1. Caracterização do acolhimento residencial - Apartamento de autonomia.....	55
2.2. Equipa técnica do apartamento de autonomia .....	56
2.3. Jovens (ex) acolhidos no apartamento de autonomia .....	57
<b>Capítulo III.....</b>	<b>60</b>
<b>3 - Análise e Discussão de Dados .....</b>	<b>60</b>
3.1. Perceções dos jovens sobre a sua experiência em apartamentos de autonomia. .	60
3.2. Perceções dos jovens sobre impactos, positivos ou negativos, no processo de inserção na vida social .....	64
3.3. Perceções dos jovens sobre possíveis medidas de melhoria.....	72
<b>Conclusão .....</b>	<b>76</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>78</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>83</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>89</b>

## **Índice de tabelas e esquemas**

### **Tabela nº 1**

Pedagogia Social.....22

### **Tabela nº 2**

Pilares dos direitos da criança..... 27

### **Tabela nº 3**

Representação de apartamento de autonomia por distrito.....51

### **Tabela nº 4**

IPSS no distrito do Porto com Apartamento de Autonomia.....53

### **Tabela nº 5**

Caracterização dos participantes.....58

### **Esquema nº 1**

O sistema português de promoção e proteção de crianças e jovens.....39

### **Esquema nº 2**

Pirâmide do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo.....40

### **Esquema nº3**

Mapas de distribuição de Apartamento de Autonomia em Portugal.....51

### **Esquema nº4**

Evolução dos jovens em apartamento de autonomia.....52

## **Introdução geral**

O presente trabalho corresponde a uma dissertação subordinada ao tema “*Acolhimento Residencial, do apartamento de autonomia para a vida adulta – caminhos de aprendizagem*” – estudo de caso, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – especialização em Pedagogia Social, na Faculdade de Educação e Psicologia, da Universidade Católica Portuguesa.

A motivação subjacente a esta pesquisa foi fundamentada em considerações de índole pessoal e profissional. Como educador social com uma experiência profissional de catorze anos, predominantemente voltada para a infância e juventude, especialmente com crianças e jovens em situação de risco, o trabalho tem facultado um conhecimento aprofundado no funcionamento das instituições de acolhimento residencial, particularmente nos últimos quatro anos, centrados nos apartamentos de autonomia. Nesse contexto, o meu interesse é direcionado para a compreensão da eficácia dos apartamentos de autonomia na preparação dos jovens para a transição para a vida adulta, bem como para a perceção de como os próprios jovens vivenciam essa preparação.

De maneira mais específica, a pesquisa permitiu uma avaliação do esforço empreendido na promoção do desenvolvimento de competências para a vida e da autonomia dos jovens acolhidos, bem como os anseios e medos que manifestam em relação ao seu futuro pessoal e socioprofissional. Por outro lado, as inquietações e interpelações dos jovens durante o meu percurso profissional, tais como: “Estou quase a chegar aos 25 anos e o que vou fazer? Tenho que sair do apartamento, para onde vou? Quero estudar, mas não tenho tempo nem idade para isso?”, geraram indagações que nos conduziram ao problema de pesquisa, visando compreender e analisar de que maneira os jovens entendem que estão capacitados para se integrarem na sociedade como cidadãos ativos, tendo por base a sua experiência em apartamento de autonomia.

Nesta linha de raciocínio, interessou-nos entender como esta intervenção pedagógica, em apartamentos de autonomia, complementa, transforma, auxilia a transição para a vida adulta e se os jovens identificam esta intervenção, que desafios tiveram que superar na sua integração e participação ativa na sociedade após a saída do contexto de acolhimento residencial nas suas dimensões pessoais, sociais e profissionais.

Qual a perspectiva dos jovens (ex) acolhidos em apartamento de autonomia sobre a transição para a vida adulta? Que fatores mais contribuem ou contribuíram para uma integração bem-sucedida, na perspectiva de jovens acolhidos e ex-acolhidos em apartamentos de autonomia? Como é vivida a transição para a vida adulta de jovens ex-acolhidos? Os jovens têm uma participação ativa na transição para a vida adulta? Após a institucionalização os jovens sentem-se acompanhados? Que dimensões os jovens consideram mais importantes serem trabalhadas durante o acolhimento? Qual o papel dos profissionais na promoção da autonomia dos jovens e constrangimentos sentidos?

Este conjunto de interrogações convergiu para a nossa questão de estudo: **Em que medida os jovens acolhidos entendem que os apartamentos de autonomia previstos, no âmbito do Acolhimento Residencial, funcionam como um lugar de preparação para a vida em contexto social?**

Neste sentido, o presente documento divide-se em duas partes fundamentais. Na primeira parte, centrada no enquadramento conceptual e metodológico, abordamos a educação e o desenvolvimento humano, com enfoque na educação e do desenvolvimento ao longo da vida, realçando a Pedagogia Social como um saber científico especializado em estreita relação com a Educação Social. Salientamos também a relevância do educador social, como mediador na infância e juventude, situando no contexto nacional ao nível das políticas sociais e de inclusão das crianças e jovens em perigo.

A segunda parte, composta por três capítulos, é dedicada ao estudo empírico. O primeiro capítulo é dedicado à justificação metodológica, apresentando as questões e os objetivos da investigação, bem como a estratégia de desenvolvimento. Ancorada em um "estudo de caso", enquadrado por uma abordagem qualitativa com análise documental e privilegiando a inquirição dos atores, os próprios jovens, para evidenciar suas perspectivas e perceções.

No segundo capítulo, apresentamos a contextualização do estudo referente ao do Acolhimento Residencial em Apartamento de Autonomia, no contexto nacional, centrados numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) localizada no norte do país.

A análise e a discussão dos dados são apresentadas no terceiro capítulo, onde procurou-se dar destaque à palavra dos próprios participantes.

Para concluir, encerramos com considerações finais respeitantes a todo o percurso investigativo e de modo a evidenciar a perspetiva dos jovens sobre o processo de autonomização das crianças e jovens em acolhimento residencial, concretamente nos apartamentos de autonomia.

## **1ª PARTE**

### **Enquadramento conceptual**

## **Capítulo I**

### **1 - Educação e Desenvolvimento Humano**

#### **1.1 Educação e Formação ao longo da vida**

No século XXI, à luz do relatório de Jacques Delors (1998) a educação deve passar por uma transformação significativa. O paradigma educacional deste século exige uma abordagem personalizada, que valorize a originalidade dos alunos e ofereça várias opções de aprendizagem em diversas disciplinas e atividades. É essencial que a educação reconheça as aptidões e conhecimentos individuais, envolvendo as famílias e a comunidade no processo educativo, visando a inclusão de todos. Os sistemas educativos devem respeitar a diversidade e particularidade de cada indivíduo, evitando qualquer forma de ensino padronizado. Muitas vezes, os sistemas educacionais são acusados de limitar o desenvolvimento pessoal ao impor um único modelo cultural e intelectual a todas as crianças, ignorando suas diferentes habilidades e talentos.

Além disso, o Relatório menciona que a educação não pode ser restrita à escola, pois defende que ocorre ao longo da vida na comunidade à qual pertencemos. Enaltecendo que o conceito de educação ao longo da vida ultrapassa a distinção entre educação inicial e permanente. Este conceito enfrenta os desafios de um mundo em constante transformação, onde é essencial voltar à escola para se manter atualizado tanto na vida pessoal como na profissional. Assim, acrescenta que a sociedade como um todo deve-se sentir responsável pela educação de seus membros, seja por meio do diálogo com as instituições educacionais, seja por meio de práticas não formais.

Para dar à educação o papel central que ela merece na sociedade, este Relatório defende que é essencial combater todas as formas de exclusão e garantir a participação de todos, independentemente de sua situação socioeconômica. E que se deve incentivar a colaboração dos pais na definição do percurso escolar de seus filhos e o apoio às famílias, que desempenham um papel fundamental na educação, fazendo a ligação entre o aspeto afetivo e o cognitivo, assim como a transmitindo valores e normas. “Um diálogo verdadeiro entre pais e professores é, pois, indispensável, porque o desenvolvimento harmonioso das crianças implica uma complementaridade entre

educação escolar e educação familiar.” (Delors, 1998, p.111). Neste contexto, as crianças e os jovens que em situação de acolhimento estão limitadas, mas não excluídas da “educação familiar”, cabendo aos diversos atores sociais das instituições desempenhar o papel formativo.

Em todo o mundo, a educação de uma forma global, tem como missão criar laços sociais entre pessoas que tenham a sua origem nas mesmas referências comuns. A educação tem como objetivo fundamental o desenvolvimento humano quer a nível pessoal como ao nível social. E, como refere Isabel Baptista (2015, p.1) deverá reafirmar-se como um direito acessível a todos que seja capaz de dotar as pessoas da capacidade para dominar o seu próprio desenvolvimento. Deverá impulsionar a “curiosidade intelectual e o desenvolvimento de conhecimento científico, criadora e promotora de novas normas de integração social, geradora de experiências e convívios plurais, crítica e transformador...” (Gómez, Freitas & Callejas, 2007, p.149).

Por sua vez, Clara Coutinho e Isabel Lisboa (2011, p. 17) mencionam e concordam com Roberto Carneiro, (2001), que defende que a aprendizagem ao longo da vida é um processo longo. O autor destacou que essa abordagem evoluiu ao longo do tempo em resposta às necessidades de expansão económica, criando conceitos sucessivos, tais como formação contínua, educação permanente, educação recorrente, formação em serviço e aprender fazendo. Esse processo representa a ideia de que a educação e a formação não são eventos isolados, mas sim um compromisso contínuo e em constante evolução ao longo da vida. Ou seja, à luz da conceção de educação do século XXI, a aprendizagem ao longo da vida é um direito e uma necessidade para todos, independentemente da idade, e deve ser encarada como um fator determinante para a inclusão social e para a participação cívica.

Já em 1989, todos os estados-membros da ONU, através da Convenção dos Direitos das Crianças reconheciam o direito à educação a todas as crianças e tendo como obrigação criar-lhes condições de acessibilidade, em função das suas características respeitando os seus direitos e a sua dignidade. Tendo como objetivo a finalidade de fomentar o desenvolvimento da personalidade da criança, cultivando as suas capacidades mentais e físicas ao máximo das suas potencialidades. Deve, igualmente, preparar a criança para uma vida adulta ativa numa sociedade livre e inculcar o respeito pelos pais, pela sua

identidade, pela sua língua e valores culturais, assim como pelos diferentes valores e culturas. (Convenção dos Direitos das Crianças, 1989 p.23-24).

Na verdade, pode dizer-se que a educação tem a dualidade de ser um fator de exclusão ou de inclusão, como referenciado por Jacques Delors (1998), no Relatório para a UNESCO. Como fator de exclusão tendo em conta que os sistemas educativos formais, limitam a realização pessoal, conferindo um modelo intelectual e cultural, sem ter em conta a diversidade e especificidade de cada um. Desta forma, nem todas as crianças e jovens retiram vantagens deste tipo de recursos educativos, por vezes podem ter insucesso escolar pois o sistema educativo não valorizou os seus talentos, aspirações e motivações, mas antes os resultados escolares. Por consequência o “insucesso escolar surge como irreversível, e dá origem, frequentemente, à marginalização e à exclusão social.” (Delors, 1998, p.55, 56). Em contraste, e como se afirma no mesmo Relatório a educação pode ser considerada como fator de inclusão, contudo tem de ser um processo de responder à diversidade de necessidades de todos os alunos através de uma aprendizagem mais ampla, adaptando-se a diferentes culturas, efetuando mudanças, ajustes de modelos, estruturas e estratégias. (Delors, 1998)

Neste sentido, e seguindo as observações do Relatório é fundamental a criação de políticas e programas que fomentem a aprendizagem contínua, garantindo a igualdade de oportunidades e combatendo a exclusão social. A educação deve organizar-se em aprendizagens indispensáveis, que ao longo da vida serão os pilares do conhecimento dos indivíduos: “aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes.” (Delors, 1998, p.90)

Atualmente, e no seguimento da concretização das metas das sociedades educativas, já se pensa numa educação que não se limita às escolas, que não se limita à infância e à adolescência, que não se confunde com o ensino. A chave é aprender, aprender em todos os momentos, em todos os lugares e ao longo da vida, porque esse aprender é “aprender a ser”. Conforme referido anteriormente, por Jacques Delors (1998), no Relatório para a UNESCO, aprender a conviver é um dos quatro pilares da educação do futuro.

Na mesma linha, o Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida da Comissão Europeia (2000, p.9) enfatiza que a educação ao longo da vida deve ser vista como um processo contínuo que vai para além das instituições educativas tradicionais, promovendo a formação ao longo da vida em diversos contextos e experiências.

Conforme sublinha o Relatório já anteriormente citada Delors (1998), a educação é intrínseca ao progresso humano, uma vez que podemos descrever que o desenvolvimento humano é a capacidade das pessoas melhorarem a sua qualidade de vida. Essa capacidade não deve ser restringida, mas sim permitir uma constante evolução ao longo do tempo, permitindo o acumular de novos conhecimentos e contribuindo para uma vida mais estável. Joaquim Azevedo (2007, p.8) defende que o principal objetivo do ensino-aprendizagem é fornecer a comunicação e a emergência de aprendizagens significativas para cada cidadão, valorizando as pessoas, as suas relações, a sua história e fomentando não só a aquisição de saberes, mas também o desenvolvimento de competências, a aquisição de novas atitudes e novos comportamentos, novos modos de vida em comum. O objetivo não é apenas emitir diplomas, mas antes ir construindo formas superiores de vida em comum, com o objetivo principal do desenvolvimento das cidades como comunidades de aprendizagem.

Desta forma, a educação tem como missão preparar as pessoas para serem cidadãos responsáveis e contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária. Isso inclui ensinar valores éticos, habilidades sociais e conhecimento sobre os direitos e deveres de cada indivíduo como membro de uma comunidade, como nos apresenta Joaquim Azevedo (2007), quando refere que “É missão da educação contribuir para que cada ser humano aprenda a viver com os outros, a tornar-se cidadão, pleno de direitos e de deveres, membro de uma comunidade.” (p. 8). Neste contexto, é importante que haja um ensino básico de qualidade para que o gosto e vontade de aprender se mantenha ao longo da vida, como nos apresenta o Memorando sobre a aprendizagem ao longo da vida da Comissão Europeia (2000, p. 12). É necessário “assegurar que esses jovens “aprenderam a aprender” e que tenham uma atitude positiva relativamente à aprendizagem.”, o mesmo documento alerta para o facto de as pessoas não se sentirem motivadas para participar em ações de aprendizagem quando os conteúdos ou métodos não correspondem as suas expectativas e experiências de vida. Desse modo, a

motivação individual para aprender e as ofertas de aprendizagem de uma comunidade poderão ser fatores para o sucesso de uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida.

Tal como mencionado por Joaquim Azevedo (2007, p. 9) “A educação constitui um instrumento privilegiado para garantir o acesso de todos a estas oportunidades de humanização da vida social, sobretudo dos que se encontram em situação de maior risco.”

Como tal, investir na educação ao longo da vida é uma necessidade premente, é um investimento na construção de uma sociedade mais inclusiva, informada e capaz de enfrentar os desafios sociais, económicos e profissionais atuais. As Ciências da Educação e a Pedagogia Social são aliadas valiosas nesse caminho, proporcionando conhecimento e estratégias para uma educação transformadora e que promova o pleno desenvolvimento de todos os indivíduos.

## **1.2. Ciências da Educação e Pedagogia Social**

As Ciências da Educação nasceram no século XIX (Boavida e Amado, 2008, p. 285), século marcado por mudanças cíclicas em que novas formas de entender o ser humano começaram a ser avaliadas. Neste contexto, as Ciências da Educação definem-se como uma ciência que se dedica ao estudo da educação em suas diversas dimensões, teorias, práticas e políticas. Como nos define João Amado (2011, p. 51-52), o seu objeto é uma construção contínua, que estuda os processos internos de práticas educativas ou formativas, particularmente no que diz respeito à interação entre educador e educando, além de levantar novos desafios teóricos e práticos. Neste sentido, esta área científica contribuiu para a construção gradual de um conjunto de conhecimentos aplicáveis em diferentes áreas, como famílias, escolas e organizações sociais e culturais. Nestas atividades, revela-se um compromisso ético em prol da mudança e do aperfeiçoamento de indivíduos, instituições e da sociedade em geral.

Desta forma, tendo em consideração a linha de pensamento dos autores de referência já mencionados, os objetivos centrais das Ciências da Educação passam por: “descrever, explicar, compreender, levantar novos problemas teórico-práticos, e justificar os

processos internos e os condicionamentos de qualquer prática educativa ou formativa, quer atendendo a níveis de interação como os que se verificam no frente a frente entre educador e educando” (Boavida & Amado, 2008 in Amado, 2011, p.50).

Num cenário de renovação paradigmática e complexidade, as Ciências da Educação são desafiadas por novos rumos da investigação educacional, onde prevalecem novos valores e uma maior relação interdisciplinar. No seio desta nova reconfiguração de crenças e campos de investigação educacional, emerge a Pedagogia Social, “no espaço plural das ciências da educação e, de um modo geral, da ciência contemporânea, com uma identidade científica apoiada em dinâmicas de hospitalidade interdisciplinar e interprofissional” (Baptista, 2008, p. 15 - 16).

Parafraseando a autora citada e como observou, por sua vez, Paciano Feroso, basta pensar a polissemia dos termos combinados – “pedagogia” e social” – para entender a dificuldade de fundamentar uma ciência. Consideradas separadamente ou em conjunto, as duas palavras remetem-nos para uma rede muito complexa de significados, tecida numa história cujas raízes remontam à antiguidade clássica. (Baptista, 2008, p. 20)

São efetivamente múltiplos os fundamentos que alimentam a corrente de sentido que suporta a pré-história e a história da pedagogia social. É possível, identificar nesta corrente algumas das fontes de inspiração que melhor ajudam a entender as configurações contemporâneas, como descrito por Baptista (2008).

- a) “A ligação entre educação e solidariedade, originariamente associada às práticas de beneficência e de «ajuda» a pessoas e grupos humanos considerados como excluídos ou suscetíveis de exclusão, como a infância e a juventude. (...), numa época profundamente marcada pelos cenários de urgência que caracterizaram o «pós-guerra».”
- b) “A proximidade às ideologias e às doutrinas sociais, vocacionadas para a preparação moral e cívica dos indivíduos, dando neste caso especial atenção à formação do ser humano numa perspetiva de desenvolvimento de competências de vida em sociedade.”
- c) “O reconhecimento da função educadora da própria sociedade, girando em torno do potencial pedagógico das cidades e das suas comunidades, dos seus lugares públicos e institucionais e valorizando também os chamados tempos livres e as modalidades informais de aprendizagem.”

(Baptista, 2008, p.21)

As concepções sobre Pedagogia Social evoluíram ao longo do tempo e divergem ainda segundo a perspectiva dos autores. Todavia, para os autores nacionais a Pedagogia Social constitui uma das ciências da educação, cujas características, segundo Isabel Baptista, podem ser sintetizadas da seguinte forma:

**Tabela nº 1 – Pedagogia Social**

<p><b>Ciência social e humana</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Inserida no campo epistemológico das ciências da educação”</li> <li>• “objeto de estudo a aprendizagem social”</li> <li>• “perspetiva humanista, hospitaleira, sensível e capaz de heterodoxia, a racionalidade sociopedagógica”</li> </ul>
<p><b>Disciplina académica</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “incluída nos currículos de ensino superior para a intervenção pedagógica, escolar ou social.”</li> </ul>
<p><b>Um saber técnico-profissional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “saber profissional de referência para uma pluralidade de atores sociais”</li> <li>• “saber matricial, nomeadamente em áreas com maior autonomia técnica”</li> </ul>
<p><b>Filosofia de Ação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “trabalho orientada para a promoção de laços sociais significativos entre pessoas, instituições e comunidades”</li> <li>• “uma «pedagogia de proximidade humana» ou «pedagogia de hospitalidade social».”</li> </ul>

(Barros, M. adaptado de Baptista, 2023, p.21-22)

No seguimento das teses referidas podemos concluir que a Pedagogia Social é um conhecimento teórico e prático, na relação com as pessoas e com os seus problemas concretos, põe em prática uma intervenção mais humana e inclusiva, que se baseia essencialmente sobre pessoas individuais e coletivas em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a Pedagogia Social fornece um conjunto de ferramentas que capacitam os atores socioeducativos para que possam lidar de forma mais eficaz com os problemas do mundo atual. Ferramentas essas que são essenciais aos trabalhadores sociais do Acolhimento Residencial, tendo em conta a situação de vulnerabilidade das crianças e jovens acolhidos. Cabe, pois, aos atores sociais com responsabilidade institucional e profissional ter uma intervenção humana e inclusiva dentro do paradigma da Pedagogia Social para o desenvolvimento e integração destas crianças e jovens na sociedade, como cidadãos ativos, conforme tentaremos mostrar ao longo deste trabalho.

### **1.3. Pedagogia Social e Educação Social**

No seguimento do que foi dito no ponto anterior, a Pedagogia Social é mais do que uma estratégia de intervenção para os educadores sociais, constituindo uma forma de conhecimento que garante a base do desempenho educativo e dá aos educadores sociais modelos de conhecimento, metodologias e técnicas que lhes permitem promover as condições educativas de todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis (Correia, Martins, Azevedo, & Delgado, 2014, p.4). A Pedagogia Social constitui assim o saber de referência dos educadores sociais como nos refere Ana Camões (2018, p.39). “a Pedagogia Social sustenta a prática do Educador Social, ou, a clarificação teórica da Educação Social, como campo de saber que enquadra a práxis socioeducativa desenvolvida numa lógica de promoção de proximidade, de hospitalidade, de justiça e solidariedade social.”

Neste sentido, a Educação Social pertence ao campo científico da Pedagogia Social, correspondendo a uma área de intervenção sociopedagógica e a uma profissão que requer conhecimentos únicos adquiridos através da formação, tanto em termos de competências como de conhecimentos teóricos, históricos e culturais. De facto, umas pesquisas dos trabalhos académico-científicos tentam analisar a relação entre a

Pedagogia Social e a Educação Social de diferentes ângulos que confirma que existe uma crescente convergência de entendimento. Segundo alguns autores (Carvalho & Baptista, 2004; Baptista, 2008; Correia, Martins, Azevedo, & Delgado, 2014, Camões, 2018), a pedagogia social e a educação social estão ligadas na medida em que unem teoria e prática, e a educação social baseia-se na matriz do conhecimento da pedagogia social.

Os profissionais de educação social trabalham em prol do bem-estar e da aprendizagem de todas as pessoas e têm a capacidade de melhorar e criar as circunstâncias educacionais para todas as pessoas, particularmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade. É nesta competência que se situa o ponto de ligação essencial do caráter da Educação Social (Baptista, 2012, p.42).

Assim, a finalidade da Educação Social é satisfazer as necessidades sociais dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e exclusão, ampliando as oportunidades educativas das pessoas e grupos sociais com o objetivo de dotá-los de meios para enfrentar os desafios e alcançarem uma cidadania plena. O objetivo é a inclusão social, cultural e económica, assim sendo, os educadores sociais são promotores privilegiados da condição humana e é neste sentido que são reconhecidos como técnicos relacionais, o que torna a sua natureza técnica irreduzível a qualquer lógica instrumental. Do ponto de vista pedagógico, as relações interpessoais parecem ser mais do que uma simples ferramenta (Carvalho e Baptista, 2008, p. 95-96).

O trabalho dos educadores sociais, especialmente os que trabalham em contextos de acolhimento residencial, deve ser fundamentado no conhecimento sociopedagógico segundo uma análise sistemática. As crianças e/ou jovens com quem vamos intervir devem ser vistas como seres únicos cujas vivências se situam igualmente em contextos socioeducativos e emocionais únicos, podem ter problemáticas e vulnerabilidades idênticas, mas nunca serão iguais. Nesta perspetiva, a intervenção deve ser criada com a participação das crianças e jovens de forma a impactar o enquadramento social pretendido, tendo em conta que as estratégias implementadas são sempre adaptadas ao momento e às circunstâncias. Não existe um guião ou estratégia única a ser aplicada, cada criança tem suas particularidades, e é constantemente influenciada pelo ambiente e

pelas pessoas ao seu redor, a intervenção é um processo contínuo, demorado e complexo (Gaspar, 2020, p. 28).

Segundo o mesmo autor, os educadores sociais também tem as suas particularidades, sendo seres sociais e emocionais, a convivência diária com a criança e jovem possibilita ao educador analisar e compreender as suas inquietações e medos. Dessa forma, o educador tem uma dupla função, intervir com crianças e jovens numa perspectiva participativa, capacitando-os para modelar/alterar os seus comportamentos e serem cidadãos ativos na comunidade, minimizando as causas da desigualdade e exclusão.

Em síntese, a Pedagogia Social fundamenta o exercício profissional dos educadores sociais, dotando-os de conhecimentos, métodos e competências que lhes permitam atuar pedagogicamente e educar todos, através de relações educativas respeitadas. Ou seja, trabalhar em Pedagogia Social implica o respeito pelo compromisso educativo na construção das ferramentas necessárias à compreensão e acompanhamento dos percursos destas crianças e jovens, considerados protagonistas da intervenção, numa linha de respeito pelos seus direitos fundamentais.

## **Capítulo II**

### **Promoção da Infância e juventude**

#### **2.1. Noções de infância e juventude**

O conceito de infância evolui e constrói-se à medida que a sociedade muda ao longo do tempo. Na antiguidade, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, sem direitos, então não existia o conceito de infância. Contudo, com o avanço do cristianismo e o desenvolvimento de áreas como filosofia, psicologia, psiquiatria e pedagogia, juntamente com mudanças sociais e políticas, a criança passou a ser considerada um sujeito com plenos direitos e necessidades específicas. (Ferreira, 2000; Peloso, 2013; Silva, 2019).

A condição da criança como sujeito de direitos tem origens históricas recentes, que remontam ao pós-guerra de meados do século XX, como parte de um movimento mais amplo de reconhecimento dos direitos humanos com base na dignidade da criança. Neste contexto, as Nações Unidas criaram a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989, que reconhece o direito das crianças a participar no seu próprio desenvolvimento e o seu direito a serem ouvidas e a participar nos processos que lhes digam respeito (Montano, 2017, p. 45).

A Convenção sobre os Direitos da Criança é juridicamente vinculativa para os Estados que a ela aderirem, devendo estes adaptar as normas do direito interno à Convenção para promover e proteger de forma eficaz os direitos e liberdades nela contidos. A Convenção dos Direitos da Criança foi assinada por 191 países, sendo que, em Portugal, o diploma foi ratificado a 21 de setembro de 1990 e entrou em vigor em outubro do mesmo ano. A Convenção assenta em quatro pilares fundamentais relacionados com todos os outros direitos da criança:

**Tabela nº 2 – Pilares dos direitos da criança**

Pilar	Descrição
Não Discriminação	Todas as crianças têm direito a desenvolver todo o seu potencial, em qualquer circunstância e lugar do mundo.
Interesse Superior da Criança	Deve ser considerado prioridade em todas as ações e decisões relacionadas à criança.
Sobrevivência e Desenvolvimento	Garantia de acesso a serviços básicos e igualdade de oportunidades para o pleno desenvolvimento das crianças.
Opinião da Criança	Reconhecimento da voz das crianças e sua participação ativa em assuntos relacionados aos seus direitos.

Fonte: Unicef (2017)

Em linha com esta nova concepção da infância, a legislação sobre assuntos infantis incentiva os Estados a se comprometerem com a promoção e proteção dos direitos da criança, incorporando princípios que atendam às necessidades sociais, civis, económicas, políticas e culturais da criança no sistema legal.

Como nos refere Ana Frota (2007, p.152), Airès defendem que somente após a implantação do sentimento de infância, no século XIX, tornou possível a emergência da adolescência como uma fase com características peculiares e únicas, distintas dos outros momentos de desenvolvimento, contudo a autora discorda e acredita que, “hoje denominamos infância e adolescência, enquanto idades cronológicas, sempre existiram” (Frota, 2007 p. 152). A adolescência é considerada como um período de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por mudanças físicas, emocionais, sexuais e sociais.

É caracterizado por impulsos de desenvolvimento e esforços do indivíduo para alcançar objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive. A adolescência começa com as mudanças corporais da puberdade e termina quando o indivíduo completa seu crescimento físico e desenvolve sua personalidade, alcançando sua independência econômica e integração social. (Eisenstein, 2005, p. 1).

De acordo com Ana Frota (2007), a condição fundamental que permitiu a "inauguração" da adolescência no século XX, especialmente no Ocidente, foi a capacidade de prescindir do apoio financeiro dos jovens, que agora têm a oportunidade de se dedicar mais tempo à sua formação profissional. Além disso, a realidade contemporânea e tecnológica requer cada vez mais aperfeiçoamentos profissionais, o que leva a um alargamento do período de preparação dos jovens para a sua entrada no mercado de trabalho. Simultaneamente, o tempo de tutela das crianças pelos pais aumentou, uma vez que elas passam mais tempo nas escolas. (Frota, 2007 p. 153)

Em resumo, o entendimento da infância e da adolescência evoluiu, refletindo as mudanças sociais e culturais, e reconhecendo a importância de garantir direitos e oportunidades para todas as crianças e jovens. Esta evolução da noção da infância e adolescência está diretamente relacionada à preocupação com a proteção das crianças e jovens em situação de perigo, impulsionando políticas e práticas que visam garantir seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

## **2.2. Noção de crianças e jovens em perigo**

Como vimos no ponto anterior, as crianças e os jovens dependem dos adultos para o seu crescimento e desenvolvimento. É importante estar ciente de situações que possam prejudicar esses aspetos e refletir sobre a importância de transmitir informações sobre os cuidados necessários, a satisfação das necessidades e o bem-estar destes jovens. Nesse sentido, distinguir entre situações de risco e perigo é fundamental para a tomada de ações adequadas na proteção das crianças e jovens. Recorrendo ao Código Civil e à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), é possível estabelecer estas diferenças e elaborar estratégias de prevenção eficazes para minimizar as consequências negativas em suas vidas.

De acordo com o artigo 1918º do Código Civil Português (1966), quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de uma criança estiverem em perigo e não justificarem a retirada da responsabilidade parental, o tribunal, a pedido do Ministério Público ou de qualquer uma das pessoas mencionadas no número 1 do artigo 1915º, pode tomar as medidas apropriadas, incluindo confiar a criança a uma terceira pessoa ou a uma instituição de educação ou assistência. (Código Civil Português, 1966). Desta forma, as situações de perigo são designadas por ações que interferem com alguma gravidade, tanto na segurança das crianças e dos jovens, como, na sua saúde e ainda na educação, ou em outros aspetos intrínsecos ao seu saudável desenvolvimento.

A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, considera que uma criança e jovem estão em perigo quando, nomeadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.
- h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional”

(Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, 3º artigo, ponto 2)

Consoante referido anteriormente, consideramos que crianças e jovens em perigo são aquelas que estão em risco de sofrer abuso, negligência, exploração ou outras formas de violação de seus direitos. Isso pode incluir crianças e jovens que vivem em condições de pobreza extrema, que sofrem ou estão expostos a violência doméstica, que são vítimas

de trabalho infantil, que sofrem de negligência médica ou educacional, que são vítimas de abuso sexual ou que estão envolvidos com a criminalidade. A proteção das crianças e jovens em perigo é uma responsabilidade compartilhada entre a família, a comunidade e o Estado, e é importante para garantir que essas crianças e jovens tenham acesso às oportunidades e recursos necessários para se desenvolver e prosperar.

As autoras Gabriela Souza e Luciane Kantorski (2003, p. 207) mencionam que existem diferentes formas de vitimizar uma criança e que essas formas de maus-tratos são geralmente divididas em quatro categorias: negligência, maus-tratos físicos, abuso sexual e mau-trato psicológico e emocional. É importante destacar que uma criança pode ser vítima de mais de um tipo de maus-tratos ao mesmo tempo, o que pode ter impactos negativos ao nível social, emocional, comportamental e cognitivo.

A experiência de maus-tratos na infância pode ter influência no desenvolvimento psicológico de uma criança. De acordo com M<sup>a</sup> do Céu Azevedo e Ângela Maia (2006, p. 30), o mau trato na infância é uma realidade que coloca em risco a saúde física e psíquica das crianças, deixando danos graves e, por vezes, irreversíveis. Crianças que sofrem maus-tratos podem desenvolver problemas de saúde mental, como transtornos de ansiedade e depressão, bem como problemas de comportamento e dificuldades de aprendizagem. Além disso, essas crianças podem ter dificuldades em estabelecer relacionamentos interpessoais saudáveis e seguros no futuro. É importante que esses casos sejam detetados e tratados o quanto antes para minimizar esses efeitos negativos, sendo da responsabilidade de todos, escolas, serviços de saúde, IPSS, entre outras entidades cuja intervenção deve centrar-se na proteção das crianças e dos jovens. (Benavente, 2007, p. 85)

Importa assinalar que a proteção das crianças e jovens é um dever partilhado por muitos atores sociais, exigindo a identificação e diferenciação de situações de risco e perigo. A responsabilidade de garantir o bem-estar dessas crianças e jovens recai sobre a família, comunidade, escolas e outras instituições que devem unir-se para assegurar um ambiente seguro e propício ao crescimento saudável. Tudo isto está intrinsecamente ligado às políticas sociais e à promoção da inclusão social, sendo que as políticas sociais devem estar voltadas para a garantia dos direitos das crianças e jovens, visando à inclusão e à integração plena na sociedade.

### **2.3. As políticas sociais e inclusão social das crianças e jovens**

Conforme discutido anteriormente, assegurar o bem-estar de crianças e jovens é uma responsabilidade compartilhada por todos os membros da sociedade. Isso exige a criação de políticas sociais que visem à proteção e inclusão desses indivíduos, bem como a criação de condições para a sua formação ao longo da vida, numa perspectiva de capacitação para a cidadania livre, esclarecida e ativa.

Nesta perspectiva, a inclusão social é o processo para melhorar as condições de participação na sociedade das pessoas mais vulneráveis com base na idade, sexo, deficiência, etnia, origem, religião, condição económica ou outra - através da expansão de oportunidades, do acesso a recursos, da voz e do respeito pelos direitos. (Traduzido e adaptado de *Leaving no one behind: the imperative of inclusive development – Report on the World Situation 2016.*)

A inclusão é enfatizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), documento que é considerada o ponto de referência para avaliar o cumprimento das normas internacionais de direitos humanos e destaca a importância do como um meio de promover a dignidade humana. Na Agenda 2030 da ONU, a inclusão é um conceito central nos objetivos e metas estabelecidas, sendo que na sua grande maioria, os desequilíbrios é que levam à necessidade de estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a nível mundial são considerados fatores de exclusão social.

“Em particular, uma meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre a redução da desigualdade dentro e entre os países visam especificamente capacitar e promover até 2030 “a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou estatuto económico ou outro”. Além disso, o termo “inclusivo” é usado repetidamente, como em relação à educação (Objetivo 4), ao crescimento económico (Objetivo 8), à industrialização (Objetivo 9), às cidades e aos acordos humanos (Objetivo 11) e, mais amplamente, às sociedades e instituições. (Meta 16)”

(Traduzido e adaptado de *Leaving no one behind: the imperative of inclusive development – Report on the World Situation 2016.*)

Concluimos assim que a inclusão social não é mais do que o processo de atenuar os fatores de exclusão social, como forma de proteger o indivíduo das consequências prejudiciais da exclusão. Associa-se ao exercício de uma cidadania plena, traduzida na capacidade do indivíduo participar na sociedade.

A este respeito, Manuel Sarmiento (2007, p.192) refere que devemos ter um olhar interrogativo sobre os itinerários de exclusão e de inclusão das gerações mais novas, pois, em todas as épocas da humanidade houve crianças e jovens, no entanto a condição de ser criança e jovens era diferente consoante as mudanças de estatuto que foram adquirindo. Contudo o envolvimento ativo das gerações jovens só faz sentido se assumirmos as crianças e jovens não como destinatários da intervenção comunitária, política ou social, mas como atores dos seus próprios destinos.

Considera-se assim que a proteção das crianças, aliada aos avanços da modernidade, têm assegurado uma melhoria muito substancial nas condições de vida da maioria das crianças, os progressos observados em indicadores como a mortalidade infantil, liberdade de condições e formas dignas de trabalho, gozo de informação e cultura escrita, e acesso a bens de primeira necessidade como educação, saúde, habitação são reflexo dessas melhorias (Sarmiento, 2007, p.188).

A Convenção dos Direitos da Criança (1989), representa, do ponto de vista simbólico, um dos episódios de luta e reivindicação em favor de um grupo social mais vulnerável e mais excluídos da história da humanidade. Dessa maneira, a Convenção sobre os Direitos da Criança, bem como a legislação e todos os instrumentos jurídicos que se aplicam às crianças e jovens, são uma marca de cidadania, da capacidade de serem titulares de direitos e um indicador de reconhecimento de sua capacidade de participação.

O princípio de incluir as crianças e jovens no debate sobre a globalização e a conquista de um espaço reivindicatório é amplamente visível no presente. No entanto, o cenário atual merece uma análise mais detalhada, algumas mudanças ocorreram nesse nível nas últimas décadas. É possível identificar e afirmar formas, iniciativas e lutas emancipatórias pelas/com/por crianças. O que parece contribuir para a inclusão progressiva das crianças na agenda sociopolítica global, ainda que as fases sejam

demasiado complexas e turbulentas, como foi descrito por Manuel Sarmiento. (1998, p. 49).

Na linha de pensamento do autor citado, sempre que as crianças são chamadas a intervir politicamente numa operação que é simultaneamente um ato de divulgar e uma oportunidade de ação, sempre que às ciências sociais interessar as crianças na participação política – estas revelam habilidades políticas. As crianças exibem motivos para ação, a interação é governada por preocupações de cooperação e competição, o poder não é indiferente a sua avaliação da situação em adoção de ações estratégicas e táticas, apresentando demandas e resistência, construindo alianças e promovendo negociações, expressando valores trans individuais e defendendo interesses particulares, de ação política. (Sarmiento, 2007, p. 202)

Desta forma, concordamos com o autor quando este menciona que “as crianças são atores políticos, ainda que as competências políticas das crianças se exerçam prioritariamente nas interações de pares, e no espaço comum que partilham fora do olhar adulto (Rayou, 2003). Podemos, no entanto, considerar que a ação política das crianças se exerce, sob um modo pleno ou de forma subtil e oculta, em todos os seus mundos de vida.” (Sarmiento, 2007, p.202)

Desta maneira, a inclusão social é um compromisso contínuo que através de políticas sociais, devemos reconhecer que a inclusão não apenas beneficia as crianças e jovens diretamente envolvidos, mas enriquece toda a sociedade. Quando todos têm a oportunidade de contribuir com seus talentos e perspectivas únicas, criamos uma sociedade mais rica e diversificada, na qual cada pessoa é valorizada e respeitada.

## **Capítulo III**

### **Promoção e Proteção das Crianças e Jovens**

#### **3.1. O conceito(s) e processo(s) de institucionalização**

A família é importante para o desenvolvimento das crianças, transmitindo valores e padrões de comportamento, como foi dito. Contudo quando esta falha, o Estado deve garantir proteção e bem-estar, assegurando a sua colocação em lugar seguro. Desta forma, a institucionalização é o processo de afastar uma criança ou adolescente do seu ambiente familiar e colocá-lo em instituição para fins de proteção. Isso pode acontecer por diversas razões, incluindo negligência, abuso, maus-tratos, ou situações de risco que coloquem a segurança e bem-estar da criança em perigo. O principal objetivo da institucionalização é garantir a proteção e o bem-estar da criança, bem como garantir sua segurança e saúde. Todavia deve ser considerado o último recurso nas medidas de proteção à criança e ao jovem.

Nesse sentido, para garantir a proteção e bem-estar das crianças, existe o Sistema Nacional de Acolhimento que consiste em respostas de acolhimento do Estado e da sociedade civil, destinado a crianças e jovens em situação de perigo que temporariamente ou definitivamente não podem permanecer com suas famílias, uma vez que estas não lhes garantem condições, pelo menos imediatas, para o seu acolhimento e educação (Alves, 2007, p.75). Como recomendado pelo Instituto de Segurança Social (2011) as Casas de Acolhimento Residencial devem funcionar de forma a proporcionar um ambiente próximo ao familiar para as crianças e jovens acolhidos, com uma rotina estruturada, individualizada e personalizada. Dessa forma, é possível contribuir para o desenvolvimento saudável e bem-estar emocional dos acolhidos, ajudando a minimizar os efeitos negativos da institucionalização. O regime aberto, com pequenas unidades de acolhimento e uma equipe multidisciplinar, pode ajudar a criar um ambiente seguro e estimulante que promova o desenvolvimento integral das crianças e jovens acolhidos.

Contudo, a institucionalização pode ser uma medida necessária para proteger a criança ou jovem em situação de perigo, mas também pode trazer riscos adicionais para o seu desenvolvimento, especialmente se não houver um ambiente acolhedor e estruturas de

suporte adequadas. É importante que sejam adotadas práticas que possibilitem a promoção do bem-estar e do desenvolvimento das crianças e jovens, garantindo uma intervenção individualizada e personalizada que tenha em conta as suas necessidades específicas. Esta ambivalência da institucionalização é referida por vários autores, que destacam a existência de sentimentos fortes de ambivalência por parte das crianças e jovens institucionalizados, que oscilam entre sentimentos positivos e negativos em relação aos vínculos parentais e à sua situação de sofrimento. A separação da família e a necessidade de conviver com pessoas estranhas e receber um tratamento coletivo pode gerar ansiedade e sentimentos de abandono emocional.

Isabel Gomes (2010, p. 93), com base na teoria desenvolvida Dell Vale & Fuertes (2000) identifica os princípios fundamentais identificados para a promoção de um acolhimento institucional de qualidade são: individualidade de cada criança, respeito pelos seus direitos e pelos direitos da sua família, escolarização e alternativas educativas, satisfação das necessidades básicas, cuidados de saúde, integração social, preparação para a autonomia, apoio às famílias, segurança e proteção, projeto de vida e respeito do direito à participação.

Contudo, também existem aspetos positivos, no processo de institucionalização, nomeadamente como a satisfação de necessidades básicas, a alimentação, a saúde, a higiene e a educação; a participação em atividades lúdicas e as amizades que os jovens desenvolvem com o grupo de pares que vivem na mesma instituição. Porém, apresenta aspetos negativos ou a melhorar, tais como: o excesso de regras que põe em causa a liberdade de escolha dos jovens, o processo de institucionalização que afasta a família, podendo gerar revolta e conseqüentemente a dificuldade na criação de laços de vinculação segura necessários para o desenvolvimento de todo o processo de autonomia. (Pires, 2011, p. 74).

Conseqüentemente, como menciona João Gaspar (2014, p.110) a vinculação é importante para o sucesso do processo de autonomização, podendo a não existência constituir um obstáculo à criação de uma relação de confiança e ligação de afeto e de proximidade, que na generalidade não aconteceria com os progenitores ou referências significativas dos jovens (Gaspar, 2014).

Em resumo, a institucionalização é um processo complexo que visa assegurar a proteção e o desenvolvimento saudável de crianças e jovens em situação de perigo, mas que requer uma abordagem cuidadosa e individualizada para garantir que os benefícios superem os desafios inerentes a essa modalidade de acolhimento.

### **3.2. Enquadramento normativo da legislação sobre a proteção de crianças**

A nível internacional, os direitos das crianças e jovens são protegidos por convenções legais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, aprovada pela ONU. Como referido anteriormente, esta Convenção destaca a importância de considerar o interesse superior da criança em todas as decisões e assegura que o Estado deve fornecer cuidados adequados quando os pais ou responsáveis não puderem fazê-lo. O artigo 12º enfatiza aspetos específicos desse compromisso.

“Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.”

(UNICEF, 2004, p.10)

Segundo esta Convenção, é responsabilidade do Estado garantir a proteção de crianças e jovens que estejam afastados de seu ambiente familiar, assegurando que recebam cuidados adequados em instalações apropriadas. Essas ações devem considerar a origem cultural da criança.

Em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança, o apoio do Estado às crianças e jovens, em Portugal, está consagrado na Constituição da República Portuguesa no artigo 70.º: “os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais” (Assembleia da República, 2005, p.24), e no artigo 69.º:

“As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições”

(Assembleia da República, 2005, p.24).

Como consagrado na constituição as crianças e jovens tem direito à proteção, mas como refere Susana Alves (2007, p.68), esta intervenção com as crianças e jovens em Portugal foi guiada pela Lei n.º 266/VII, de 17 de abril de 1999, baseada em um “modelo protecionista”. Nesse modelo, o Estado era encarregado de educar e cuidar de todas as crianças e jovens em situação de risco, vítimas de agressões ou com comportamentos antissociais ou criminosos. Contudo, evidenciou-se a inadequação dessa abordagem.

Em 1996, uma Comissão interministerial foi estabelecida para estudar a coordenação entre os Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social, dando início a uma ampla reforma política e legislativa em Portugal no que diz respeito à infância e juventude em situação de risco. Essa reforma baseou-se na definição de estratégias e medidas para crianças e jovens que apresentassem comportamentos de risco e estivessem envolvidos em atividades penais ilícitas e em processos tutelares cíveis.

Com a criação dessa Comissão, iniciou-se o desenvolvimento das propostas para a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro) atualizada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Na primeira, conforme interpretado por Suana Alves (2007, p.70), a intervenção passou a ser conduzida pelo sistema de justiça, onde o Estado assumiu a responsabilidade de educar os jovens para “o direito, por forma a que interiorizem as normas e os valores jurídicos fundamentais à vida em sociedade” (p.70). Por outro lado, a segunda ficou sob a responsabilidade do sistema de solidariedade e segurança social. Este estudo centra-se em jovens que se encontram em Acolhimento Residencial destacando-se a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em situação de risco, que será examinada.

A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, depois atualizada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro estabeleceu um novo modelo de proteção para crianças e jovens em situação

de perigo, promovendo a participação ativa da comunidade em parceria com entidades públicas e privadas envolvidas na área da infância e juventude, incluindo as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e os tribunais. É relevante ressaltar que o tribunal intervém quando não existe consentimento dos pais, representantes legais ou daqueles que detêm a guarda efetiva da criança ou jovem para a intervenção das comissões de proteção.

De acordo com o artigo 3.º da legislação atual, é permitida a intervenção quando o responsável legal, os pais ou quem detém a guarda da criança ou jovem não é capaz de garantir a segurança, o desenvolvimento, a educação e a saúde desses indivíduos, ou quando são indiferentes a comportamentos problemáticos da criança ou jovem e não tomam medidas para corrigi-los. Na referida legislação, considera-se que uma criança ou jovem está em situação de risco quando estão expostos a abandono, negligência, abuso sexual, maus-tratos físicos e psicológicos, trabalho infantil, comportamentos arriscados ou consumo de substâncias que afetem sua segurança, saúde, educação, desenvolvimento e equilíbrio emocional, e seus representantes legais não abordam adequadamente essa situação.

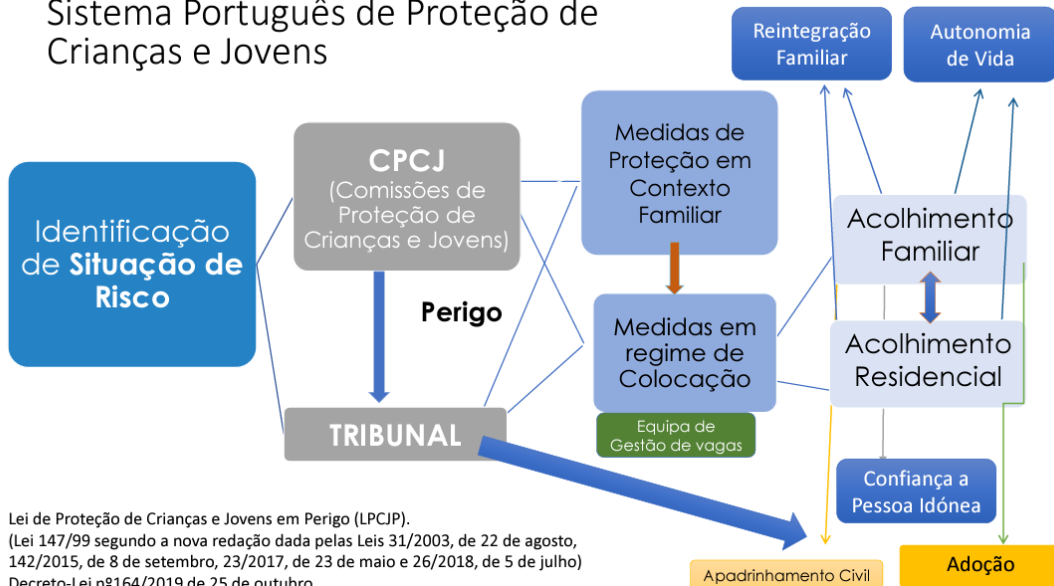
Segundo a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, atualizada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro o artigo 4.º destaca onze princípios a serem considerados para garantir uma intervenção eficaz:

- “Interesse superior da criança e do jovem” -Priorizar o bem-estar máximo da criança e do jovem, respeitando seus interesses e direitos;
- “Privacidade” Garantir a privacidade e o direito à vida privada do jovem;
- “Intervenção precoce” Intervir de forma precoce assim que a situação de perigo seja identificada;
- “Intervenção mínima” Realizar uma intervenção mínima, envolvendo apenas as entidades e instituições essenciais;
- “Proporcionalidade e atualidade” Garantir que a intervenção seja proporcional e atual, adequada à situação de perigo;
- “Responsabilidade parental” Promover a responsabilidade parental, onde a família deve cumprir seus deveres em relação às crianças e jovens;

- “Primado da continuidade das relações psicológicas profundas” A intervenção deve priorizar a preservação das relações afetivas significativas para o desenvolvimento saudável da criança;
- “Prevalência da família” - dar prioridade à integração da criança ou jovem na sua família, e, se isso não for possível, considerar a adoção;
- “Obrigatoriedade da informação” Assegurar a obrigatoriedade da informação, informando todos os envolvidos sobre seus direitos e as razões principais para a intervenção;
- “Audição obrigatória e participação” Garantir a audiência obrigatória e a participação de todos os envolvidos no processo de intervenção, incluindo a criança ou o jovem, os pais, o representante legal ou quem detém a guarda de fato;
- “Subsidiariedade” - adotar a subsidiariedade, onde a intervenção deve ser conduzida de forma progressiva, começando pelas entidades responsáveis na área da infância e juventude, seguidas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, por último, pelos tribunais (p. 6117).

Tendo em conta estes princípios, que foram constatados na Lei anterior, o sistema português de promoção e proteção de crianças e jovens inicia quando é identificada uma situação de risco. Contudo, como podemos observar no esquema número 1, essa intervenção é, inicialmente, coordenada tanto pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) como pelos tribunais. É fundamental que, de acordo com a gravidade da situação de perigo, toda a intervenção seja pautada pela consideração de todos os princípios enumerados anteriormente.

## Sistema Português de Proteção de Crianças e Jovens

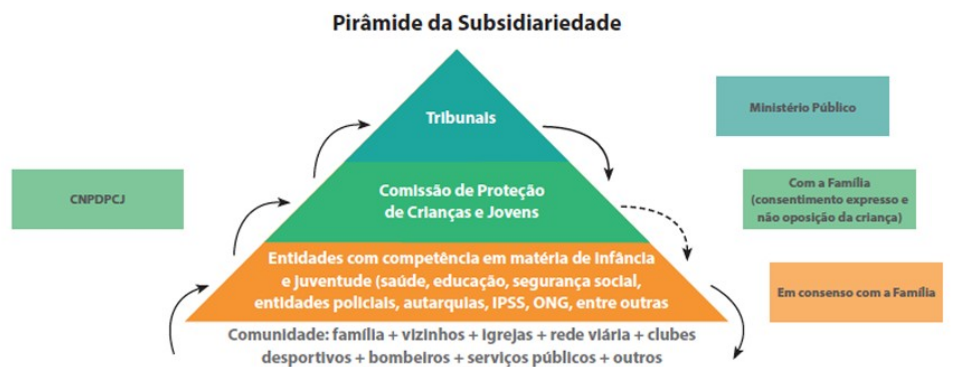


**Esquema nº 1 – O sistema português de promoção e proteção de crianças e jovens**

(fonte: UNICEF, 2021, Ação de formação Rodrigues, S. & Lemos, M)

Assim, de acordo com estes princípios orientadores, Teresa Montano (s.d, p.77) refere que o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo é organizado num sistema piramidal, com vista à desjudicialização da intervenção:

**Esquema nº 2 – Pirâmide do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo**



Fonte: Esquema adaptado do Guia de Orientações para Profissionais da Ação Social na Abordagem de Situações de Maus-Tratos ou Outras Situações de Perigo.

(fonte: UNICEF, 2021, Ação de formação Rodrigues, S. & Lemos, M)

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, desempenhando um papel crucial no sistema, são entidades oficiais interinstitucionais e interdisciplinares não judiciárias que coordenam a participação da comunidade na promoção de direitos e prevenção de situações de perigo. Operam em duas modalidades: comissão alargada para intervenções abrangentes e comissão restrita para situações específicas de perigo. A composição das comissões é ajustada, com revisão da posição do Ministério Público para garantir coordenação eficiente com os diversos intervenientes.

A lei de proteção enfatiza o envolvimento da comunidade e atribui ao Estado um novo papel como parceiro social no estabelecimento de redes de desenvolvimento social. A intervenção de proteção, coordenada pelas entidades competentes ou Comissões de Proteção das Crianças e Jovens, requer consentimento dos pais e não oposição das crianças acima de onze anos (Epifânio, 2001).

Assim, estão descritas as seguintes ações que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e os Tribunais podem tomar (conforme o artigo 35º):

- “a) Oferecer suporte aos pais, incluindo apoio psicopedagógico, social e, em alguns casos, auxílio financeiro, para a criança ou jovem e, em certas situações, para a família em geral;
- b) Oferecer auxílio a outros familiares, como colocar a criança ou jovem sob a guarda de um parente, com apoio psicopedagógico, social e, se necessário, ajuda financeira;
- c) Confiar a guarda da criança a uma pessoa idônea, não relacionada, que pode ser um candidato à adoção, conforme a avaliação do organismo competente da segurança social;
- d) Apoiar a autonomia de vida, se o jovem tiver mais de quinze anos, e se o suporte psicopedagógico, social e económico puder capacitá-lo para viver de forma independente;
- e) Proporcionar acolhimento em uma família adotiva;
- f) Proporcionar acolhimento em uma instituição.”

(Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro)

A adesão e responsabilidade dos pais são consideradas um critério preferencial na escolha das medidas adequadas, com destaque para a implementação no ambiente natural de vida, conforme sublinha a legislação.

Segundo Teresa Montano (s.d, p.152), os detalhes das ações e as condições para sua aplicação, incluindo duração, revisão e término, são previamente definidos e regulamentados. Por exemplo, para a definição do plano de vida da criança ou jovem, é recomendado um acolhimento de curto prazo, tendo sido esgotadas todas as restantes medidas. Desse modo, a intervenção com crianças e jovens em Portugal foi inicialmente orientada por um modelo protecionista, mas ao longo dos anos, houve uma evolução legislativa para uma abordagem mais focada na responsabilidade parental e na integração da comunidade na proteção dos direitos das crianças e jovens em situação de perigo.

Essas ações e estratégias refletem um avanço significativo na forma como a sociedade e o Estado encaram a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens em Portugal, visando um desenvolvimento integral e seguro para as gerações futuras. O compromisso com esses princípios orientadores continua a ser essencial para garantir uma abordagem eficaz e humanitária na proteção das crianças e jovens em situação de perigo.

### **3.3. Acolhimento Residencial em Portugal**

No contexto de uma reforma do Direito das Crianças e dos Jovens, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), adiante designada por LPCJP, aprovada através da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, estabeleceu o enquadramento legal para a intervenção social do Estado e da comunidade, visando prevenir situações de perigo e implementar medidas que promovam e protejam de maneira integrada os direitos da criança e do jovem, assegurando seu bem-estar e desenvolvimento pleno.

A LPCJP, guiada pela preocupação com a prevenção e proteção das crianças e jovens, delineou um conjunto de medidas de promoção e proteção a serem aplicadas em seu ambiente natural ou em situações de colocação.

De entre as medidas a executar em regime de colocação, e na decorrência da alteração à LPCJP operada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro,

“o acolhimento residencial surge concebido como uma medida cuja execução visa a prestação de cuidados e uma adequada satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e dos jovens que favoreça a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promotor da sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”

(Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, p.11)

Neste contexto, o acolhimento residencial ocorre em casas de acolhimento equipadas com instalações adequadas para atender às crianças e jovens e com recursos humanos permanentes e devidamente capacitados para garantir os cuidados adequados. (Centro de estudos judiciais, 2020). Além disso, considerando a importância de dar uma atenção especial e uma intervenção estatal eficaz para a proteção e garantia dos direitos das crianças e jovens, com foco na minimização do dano emocional, a legislação previu a possibilidade de as casas de acolhimento se especializarem em unidades para atender a problemáticas específicas e às necessidades de intervenção educacional e/ou terapêutica das crianças e dos jovens. Isso também se estende às crianças e jovens com deficiência permanente, doenças crônicas graves, perturbações psiquiátricas ou comportamentos aditivos, onde a medida de acolhimento residencial pode ser realizada em unidades especializadas. (Decreto-Lei n.º 164/2019 de 25 de outubro).

A necessidade de adaptação da legislação em vigor para desenvolver e qualificar o acolhimento residencial de crianças e jovens em situação de perigo, destaca a importância de regular o regime de execução da medida de acolhimento residencial, visando promover um acolhimento de qualidade, com equipas técnicas e educativas devidamente qualificadas. Propõe um sistema integrado de acolhimento residencial, onde a gestão de vagas deve garantir a colocação mais adequada da casa de acolhimento para cada criança ou jovem, facilitando uma intervenção mais eficiente e oportuna.

O acolhimento residencial é uma medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, prevista pela LPCJP na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º e nos artigos 49.º a 51.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual.

A partir da modificação realizada em 2015 (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), ocorreu a substituição do termo “acolhimento institucional” por “acolhimento

residencial”, e foi introduzido o conceito de 'casas de acolhimento' em vez de 'instituição de acolhimento'. Essa mudança representa a adoção de um modelo de acolhimento especializado e familiar, em resposta às necessidades específicas das crianças e jovens acolhidos, como necessidades educacionais especiais, comportamentos aditivos, problemas de comportamento, entre outros. O objetivo é oferecer um estilo de vida diário o mais semelhante possível ao de qualquer criança ou jovem da mesma faixa etária (Centro de estudos judiciários, p. 13)

Tendo em conta o conceito e pressupostos de execução previsto no decreto-lei de 164/99, de 25 de outubro

“O acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou do jovem aos cuidados de uma instituição de acolhimento que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar, com vista ao seu desenvolvimento integral, nos termos do artigo 41.º da LPCJP.

2 — A medida de acolhimento residencial é executada tendo por base a previsibilidade da reintegração da criança ou do jovem na família de origem ou em meio natural de vida.

3 — Não sendo possível a solução prevista no número anterior, constitui igualmente pressuposto da execução a preparação da criança ou do jovem para as medidas de autonomia de vida ou de confiança com vista a adoção, nos termos previstos na LPCJP, ou o apadrinhamento civil.”

(decreto lei 164/99, 25 de outubro, p. 66)

Neste contexto, define-se a medida de promoção e proteção do Acolhimento Residencial como o ato de retirar a criança ou jovem da sua atual situação e colocá-lo sob os cuidados de uma entidade que disponha de instalações, recursos técnicos e pessoal permanente e apropriado. Essas condições visam assegurar e garantir adequadamente as necessidades físicas, psicológicas, emocionais e sociais das crianças e jovens, além de garantir o pleno exercício de seus direitos. Procurando promover sua integração em um ambiente sociofamiliar seguro e fomentar sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

## **Conclusão**

Como pudemos concluir através do processo de revisão bibliográfica, a educação corresponde hoje a um direito humano fundamental, devendo ser acessível a todas as pessoas ao longo da vida. O que nos leva a reconhecer a ligação entre educação e políticas sociais, incluindo entre estas as que dizem respeito ao acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo.

Ao analisar os fundamentos teóricos e práticos das Ciências da Educação e Pedagogia Social, bem como a aplicação da Pedagogia Social e Educação Social, percebe-se a necessidade de abordagens flexíveis e inovadoras para atender às necessidades educacionais em constante evolução. Isso inclui compreender a fase de infância e juventude, reconhecendo a noção de crianças e jovens em situação de perigo e vulnerabilidade, sem prejuízo do reconhecimento do seu estatuto de cidadania.

A compreensão do conceito e do processo de institucionalização é fundamental para criar ambientes de acolhimento residencial mais humanizados e eficazes, onde as crianças e os jovens não recebam apenas cuidados físicos, mas também apoio educacional e emocional integral. Essa abordagem alinha-se com a necessidade de uma educação ao longo da vida, que considere a singularidade de cada indivíduo e promova seu desenvolvimento holístico. Em resumo, à luz dos valores humanistas e democráticos do século XXI a importância de uma educação abrangente, interligada com políticas sociais inclusivas e práticas de acolhimento que devem garantir a proteção e o desenvolvimento pleno de crianças e jovens, visando uma sociedade mais justa, igualitária e compassiva para as gerações futuras.

**2ª PARTE**  
**Estudo empírico**

## **Introdução**

A segunda parte deste trabalho dedica-se à justificação, descrição, interpretação e análise do estudo empírico, tendo como referência a perspetiva dos jovens que estão ou estiveram com medida de acolhimento residencial em apartamentos de autonomia.

Assim, em conformidade com as inquietações pessoais e profissionais mencionadas na primeira parte, o objetivo foi compreender as interpelações relacionadas com as dinâmicas de participação dos jovens e as suas perceções em relação aos apartamentos de autonomia, equacionando a necessidade de melhorar a intervenção e a qualificação dos diversos atores em contexto de acolhimento residencial.

Deste modo, iniciamos com um primeiro capítulo dedicado à justificação metodológica, apresentando as questões e os objetivos de investigação, bem como a estratégia de desenvolvimento. Ancorada em um "estudo de caso", com análise documental e privilegiando a inquirição dos atores sociais para evidenciar suas perspetivas e perceções. Como refere Luísa Aires (2011, p.21) o estudo de caso é um dos métodos mais comuns na investigação qualitativa, que permite realizar um exame detalhado de uma situação, sujeito ao acontecimento.

No segundo capítulo, contextualizamos a medida de Acolhimento Residencial em Apartamento de Autonomia a nível nacional, com foco numa resposta social de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) do norte do país, considerando a sua experiência enquanto entidade coordenadora desta resposta social, onde se desenvolve esta pesquisa.

A análise e a discussão dos dados são apresentadas no terceiro capítulo. Para isso, recorreremos à realidade social dos apartamentos de autonomia, dando destaque ao discurso dos próprios atores, promovendo uma análise da realidade social a partir da consciência individual dos jovens e da perceção dos demais atores sociais.

Por fim, apresentamos as principais conclusões percebidas pelos jovens que vivenciaram o acolhimento residencial em apartamento de autonomia.

# Capítulo I

## Justificação da Opção Metodológica

### 1.1 Questões e Objetivos da Investigação

Em conformidade com as questões orientadoras desta pesquisa pretende-se estudar as vivências, perceções e dinâmicas de participação dos jovens em acolhimento residencial, especialmente os que se encontram em apartamento de autonomia.

Com base no enquadramento teórico, concluímos que os apartamentos de autonomia desempenham um papel crucial na preparação dos jovens para a vida adulta, proporcionando um ambiente de transição onde estes podem desenvolver habilidades, responsabilidades e independência para uma vida bem-sucedida e autónoma.

Contudo quisemos perceber como é que os próprios jovens percecionam estes apartamentos de autonomia, que dinâmicas consideram essenciais para uma integração plena como cidadãos ativos na sociedade. Assim, para efeitos de estudo empírico emergiram três objetivos principais:

- i. Identificar e analisar as perceções dos jovens em relação à sua experiência em apartamento de autonomia.
- ii. Identificar, e analisar as perceções dos jovens sobre os impactos, positivos ou negativos, no processo de inserção na vida social resultantes da experiência em apartamento de autonomia.
- iii. Identificar, e analisar as perceções dos jovens sobre possíveis medidas de melhoria no âmbito da experiência em apartamento de autonomia.

É importante destacar que os objetivos identificados neste ponto foram concebidos como categorias de análise durante o processamento dos dados recolhidos. Isso significa que estes objetivos foram definidos como os principais temas ou tópicos pelos quais os dados selecionados são organizados, analisados e interpretados.

## **1.2. Estratégia de Desenvolvimento**

Em conformidade com o enquadramento teórico, a investigação foi delineada em proximidade com o objeto de estudo – os jovens em situação de acolhimento residencial – enquanto agentes que integram dinâmicas entre si para o desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo, assentando num estudo de caso enquadrado por uma abordagem qualitativa.

Assim, para responder aos objetivos propostos considerou-se que a investigação qualitativa era a mais ajustada por ser um processo, uma trajetória que envolve etapas essenciais: do terreno ao texto e do texto ao leitor. Essa trajetória é caracterizada como um processo reflexivo e complexo. A pesquisa qualitativa prescinde da aplicação de métodos e técnicas estatísticas, utilizando o ambiente natural como principal fonte para a recolha de dados, e tendo o investigador como o instrumento central. Na abordagem qualitativa, os dados são obtidos diretamente do ambiente, conforme observado por Prodanov & Freitas (2013), onde “o pesquisador mantém contacto direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador” (p.70).

Em resumo, a pesquisa qualitativa é um processo que começa com a recolha de dados no terreno, sendo sustentada por abordagens teóricas e metodológicas (persuasão científica e epistemológica) e culmina na análise e interpretação desses dados para apresentar conclusões. Esse processo é descrito como reflexivo e complexo, enfatizado pela importância da reflexão crítica ao longo de toda a pesquisa. (Aires, 2011, p.16 cit Denzin (1994).

Como referido anteriormente o estudo de caso é um dos métodos mais comuns na investigação qualitativa, que permite uma investigação aprofundada e detalhada de situações específicas, o que pode revelar nuances e complexidades que não seriam facilmente capturadas em pesquisas mais amplas. O estudo de caso desempenha assim um papel crucial na pesquisa em ciências sociais e humanas, fornecendo uma abordagem rica e flexível para investigar questões complexas e contextualizadas em uma variedade de contextos sociais e culturais.

Considerando a premissa de que os apartamentos de autonomia constituem uma resposta social destinada a crianças e jovens, com medida de promoção e proteção aplicada, facilitadora e fomentadora da sua integração na sociedade, resta investigar a perceção desses jovens. Questiona-se se percebem esse acolhimento meramente como uma medida de proteção, como uma ferramenta de preparação para a vida adulta ou uma opção forçada, devido à ausência de suporte familiar adequado.

A escolha das técnicas a serem utilizadas durante o processo de pesquisa é uma etapa fundamental que o investigador não deve subestimar, uma vez que o sucesso na realização dos objetivos do estudo depende dessa escolha. Assim como nas outras etapas do processo do estudo, essa etapa também é flexível e envolve interações. Na metodologia qualitativa, as técnicas de recolha de informações geralmente se dividem em dois grandes grupos: técnicas diretas ou interativas e técnicas indiretas ou não interativas. (Aires, 2011, p.24). No nosso estudo optamos por dar voz aos jovens através de entrevistas e consulta documental.

Desta forma, o desenvolvimento do trabalho empírico decorreu no período referente a outubro de 2022 a Junho de 2023, com recurso a duas técnicas de recolha de dados fundamentais.

#### **a) Análise documental**

Para efeitos de operacionalização dos objetivos definidos para esta investigação, recorreremos a uma combinação de técnicas e instrumentos de recolha e análise de dados. Assim, num primeiro momento decorreu a consulta documental, com o intuito de obter informação acerca da medida de Acolhimento residencial – Apartamentos de Autonomia, mais concretamente como estão distribuídos a nível nacional, e documentos internos da instituição detentora da resposta, com o intuito de contextualizar e caracterizar o apartamento de autonomia.

Procedeu-se, ainda, a consulta de documentos oficiais disponíveis nos sítios institucionais do Instituto da Segurança Social (Carta Social; Relatórios Casa de 2019 a 2022) Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro, Decreto -Lei n.º 164/2019, de 25 de Outubro, de forma a caracterizar os apartamentos de

autonomia a nível nacional, assim como o número de jovens acolhidos nesta resposta social, como apresentamos o seguinte quadro:

**Tabela nº 3 – Representação de apartamento de autonomia por distrito**

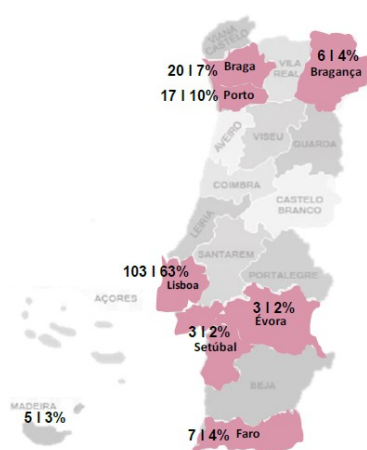
	Nº de IPSS com a resposta social – apartamento de autonomia	Nº de jovens	Média de jovens por apartamento de autonomia
<b>Braga</b>	3	20	6.66
<b>Bragança</b>	1	6	6
<b>Évora</b>	1	3	3
<b>Faro</b>	2	7	3.5
<b>Lisboa</b>	35	103	2.94
<b>Madeira</b>	1	5	5
<b>Porto</b>	5	17	3.4
<b>Setúbal</b>	1	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>164</b>	<b>3.34</b>

(Fonte: Relatório CASA 2022)

**Esquema nº3 - Mapas de distribuição de Apartamento de Autonomia em Portugal**



(Fonte: Relatório CASA 2021)



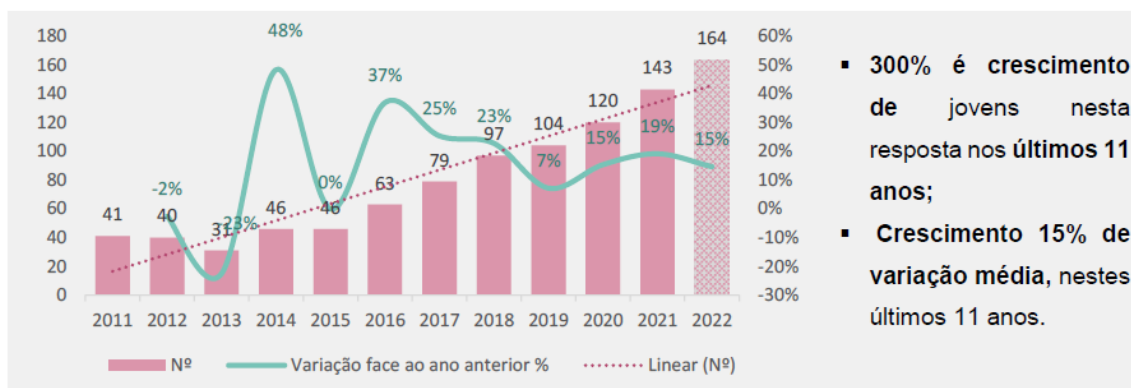
(Fonte: Relatório CASA 2022)

Na presente consulta identificamos 49 instituições que oferecem a resposta social de apartamento de autonomia, atendendo um total de 164 jovens distribuídos em diferentes regiões do país. É relevante destacar que há distritos em que esta resposta social não existe. No entanto, é visível um progresso significativo no período compreendido entre 2021 e 2022, onde se constatou um aumento de dois distritos que agora oferecem a resposta social de apartamento de autonomia, nomeadamente Braga e Évora. Esse crescimento indica uma evolução positiva no âmbito do apoio dos jovens com medida de acolhimento em apartamento de autonomia, evidenciando o esforço das autoridades e instituições envolvidas em expandir e aprimorar os serviços oferecidos no contexto de Apartamento de autonomia e de integração na sociedade.

O número de crianças e jovens acolhidos de 2019 a 2022 diminuiu 9,92%, de 7046 para 6347 crianças e jovens, em contrapartida houve um aumento de 57,7% de 104 para 164 jovens em apartamentos de autonomia, acreditamos que este aumento se deve ao investimento nestas respostas sociais pelas instituições, e ainda à continuidade do percurso escolar dos jovens. Contudo não podemos aferir esta afirmação tendo em conta que não temos dados suficientes para estas causas/ efeitos.

#### Esquema nº4 – Evolução dos jovens em apartamento de autonomia

A evolução da situação dos jovens em apartamento de autonomização a 1 de novembro:



(Fonte: Relatório CASA 2022)

**Tabela nº 4 - IPSS no distrito do Porto com Apartamento de Autonomia**

<b>IPSS com Apartamento de autonomia -</b>	<b>Número de Vagas</b>	<b>Número de crianças e jovens</b>
<b>IPSS - A</b>	4	3
<b>IPSS - B</b>	6	6
<b>IPSS - C</b>	5	3
<b>IPSS - D</b>	4	1
<b>IPSS - E</b>	4	3

(Fonte: Carta social, consultada em 2023)

Perante as IPSS com resposta social de Apartamento de Autonomia, no distrito do Porto, elegemos para análise a IPSS que foi pioneira nesta resposta social, no distrito, e a que neste período de análise tem o maior número de frequência de utentes, a IPSS B.

Num segundo momento, procedemos à análise dos documentos pedagógicos da instituição que é detentora do Apartamento de autonomia, com o intuito de contextualizar e caracterizar a resposta social. Para este efeito foram consultados os seguintes documentos:

- Regulamento Interno do Apartamento de Autonomia;
- Plano de atividades desde 2019 a 2023;
- Projeto educativo

**b) Inquirição direta atores**

As entrevistas realizadas para este estudo foram semiestruturadas, já que pretendíamos ter uma lista de perguntas passíveis de serem exploradas durante as entrevistas. Os tópicos da entrevista foram inicialmente compartilhados com cada jovem para apresentar as áreas temáticas que estariam em debate. No entanto, a sequência de perguntas feitas, foram determinadas pelo entrevistador, consoante as repostas obtidas, permitindo uma recolha de informação sistemática e lógica. As entrevistas foram

conduzidas nos domicílios dos jovens (residência partilhada e apartamento de autonomia). A seleção desse contexto ocorreu de forma deliberada, com o propósito de promover um ambiente onde os jovens participantes se sentissem mais à vontade e, portanto, fossem capazes de se expressar de maneira mais franca e espontânea. Em média, a duração das entrevistas foi de aproximadamente 25 minutos; entretanto, após a conclusão formal das entrevistas, os diálogos com os jovens estenderam-se, abarcando tópicos adicionais, como a discussão sobre as suas frequências nas instituições de ensino superior, os motivos subjacentes à realização deste estudo e as razões pelas quais a obtenção de um mestrado poderia beneficiar as suas vidas.

Neste sentido, o guião de entrevista é constituído por catorze questões (Anexo 1), divididas em três subtemas, ou seja, perceções e representações do acolhimento residencial em apartamento de autonomia, promoção da autonomia e os seus impactos no desenvolvimento pessoal e aspetos de melhoria no acolhimento residencial em apartamento de autonomia.

No processo de seleção dos participantes inquiridos, definimos como critério jovens que estão ou já passaram no apartamento de autonomia da IPSS B. Nesse sentido, passamos a apresentar as características de oito jovens, sendo que seis dos jovens estão com processo de promoção e proteção com medida de acolhimento residencial em apartamento de autonomia e dois estão integrados na sociedade há um ano. No processo de inquirição foi utilizado um guião de entrevista, com a pertinência de assegurar a objetividade necessária. Todas as entrevistas tiveram o consentimento prévio das pessoas entrevistadas, com recurso a dispositivos de gravação de áudio que foram transcritas integralmente, cumprindo com as orientações relacionadas com a investigação educacional, tendo como referência à Carta Ética da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação (SPCE, 2014, 2020). Isso incluiu, especialmente, o respeito às práticas relacionadas à obtenção do Consentimento Livre e Informado e à preservação do anonimato dos dados.

### **1.3 Critérios de análise e de discussão de dados**

De acordo com os objetivos delineados na investigação e a metodologia que escolhemos seguir, procedemos à organização e análise dos dados por categorias, correspondentes,

como foi dito, aos objetivos principais da pesquisa. As entrevistas foram transcritas na sua totalidade, com uma atenção especial à recolha pormenorizada das perceções, preocupações e experiências dos jovens em apartamento de autonomia.

No que diz respeito à apresentação dos resultados, empenhámo-nos em estruturar e sistematizar os dados recolhidos, num quadro sinóptico (anexo 3) procurando dar destaque à palavra dos participantes.

Como mencionado anteriormente, os três objetivos iniciais do estudo funcionaram como as categorias principais para efeitos de análise, sendo mais tarde desdobrados em subcategorias após a realização e transcrição das entrevistas. Assim, facilitou a análise aprofundada dos dados, permitindo identificar padrões e tendências emergentes, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente e enriquecedora dos resultados de nossa investigação.

Importa destacar que, ao longo do nosso trabalho, realçamos trechos significativos das declarações dos entrevistados, enriquecendo assim a nossa análise e proporcionando uma visão mais aprofundada e rica das perspetivas dos jovens em relação aos apartamentos de autonomia.

Para o efeito, cumprimos integralmente as normas éticas para a investigação em Ciências da Educação, em conformidade com a Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Esta carta, especificamente no seu ponto 1 “*Na Relação com os/as Participantes da Investigação*”, sublinha a necessidade de que o investigador informe e esclareça os participantes, garanta o seu direito à privacidade, discrição e anonimato. Que informe os resultados e que os participantes possam desistir da sua participação. Também deve ter a conta que a investigação deva ter respeito pelo bem-estar e pela integridade de todas as pessoas envolvidas.

## Capítulo II

### Contextualização da Pesquisa

#### 2.1. Caracterização do acolhimento residencial - Apartamento de autonomia

O Apartamento de autonomia em que centramos a investigação, tem como entidade gestora uma IPSS com 132 anos a intervir na área da infância e juventude, tendo como “visão de participar e contribuir no desenvolvimento altitudinal e comportamental das crianças e jovens na sociedade. Temos como finalidade de promover a redução das desigualdades sociais (...)” e como missão “é de acolher, educar e autonomizar as crianças e jovens em risco.” Sempre assentes em valores como “afetividade, transparência, solidariedade, credibilidade, responsabilidade, lealdade e profissionalismo.”

Como referido anteriormente este apartamento de autonomia foi um dos pioneiros neste tipo de resposta social tendo sido inaugurado em 2007 e como refere no Regulamento Interno

“O Apartamento de Autonomização é uma nova resposta social desenvolvida em equipamento inserido na comunidade local, destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.”

(Regulamento Interno, 2021, p.2)

Como principal objetivo definido pela instituição, o apartamento de autonomia deve orientar sua “ação educativa de acordo com os princípios humanistas da cidadania,” (RI, 2021, p.3) com o objetivo de preparar os jovens para a sua vida ativa, profissional e familiar, implementando estratégias de educação e formação. A instituição tem como propósito “acolher, educar e formar jovens do sexo masculino que se encontrem em situações de risco (social, psicológico e físico) e promover a sua autonomia.”, (RI, 2021, p. 4). De salientar que faz referência à participação ativa dos jovens em todo o processo “implica a participação ativa do jovem como protagonista da sua própria intervenção e na definição do seu projeto de vida até à autonomia” (RI, 2021, p. 2).

Os objetivos definidos no regulamento interno desta resposta visam apoiar e capacitar jovens para uma transição bem-sucedida para a vida adulta, promovendo sua autonomia, desenvolvendo competências e garantindo seu bem-estar, ao mesmo tempo em que valorizam a diversidade, a igualdade de oportunidades e o respeito pelos valores sociais e culturais. Além disso, pretendem criar um ambiente em que os jovens possam refletir sobre si mesmos e desenvolver competências para enfrentarem os desafios da vida de forma responsável e autónoma.

## **2.2. Equipa técnica do apartamento de autonomia**

No apartamento de autonomia, a criação de um ambiente seguro e de apoio aos jovens na transição para uma vida independente é fundamental. Para atingir esse objetivo, é essencial ter uma equipa técnica que desempenhe um papel de acompanhamento e suporte adequado aos jovens residentes.

A equipa técnica do apartamento de autonomia é composta por quatro membros, cada um com funções específicas. Um assistente social (diretora técnica), a 25% de afetação que desempenha um papel essencial na avaliação das necessidades individuais de cada jovem e na coordenação dos serviços sociais e apoios externos. Um psicólogo, a 25% de afetação que é responsável por avaliar o estado emocional e psicológico dos jovens, encaminhando quando necessário para a terapia mais adequada, fundamental para ajudar os jovens a lidar com os desafios emocionais e psicológicos que possam surgir durante o seu percurso na instituição.

Um dos principais membros da equipa é o educador social, a 100% de afetação, que desempenha um papel central na gestão dos processos individuais dos jovens. Atuando como facilitador, orientador e mentor, ajudando os residentes a desenvolver competências de vida essenciais, como gestão financeira, competências de comunicação e resolução de conflitos. Além disso, o educador social trabalha em estreita colaboração com um auxiliar de serviços gerais.

Um auxiliar de serviços gerais, a 100% de afetação, desempenha um papel crucial no acompanhamento diário dos jovens residentes, para garantir que as instalações sejam bem conservadas e que as necessidades básicas, como alimentação, limpeza e segurança, sejam asseguradas, através do acompanhamento e orientação dos jovens.

É importante salientar que a colaboração entre o educador social e o auxiliar de serviços gerais é essencial para criar um ambiente de apoio e harmonioso, o mais próximo possível de um ambiente familiar, que seja facilitador para que os jovens possam aprender a ser autónomos e estejam preparados para a vida independente.

A interação entre os diversos elementos da equipa, composta por assistente social, psicólogo, educador social e auxiliar de serviços gerais é essencial no apoio aos jovens no desenvolvimento de suas competências e capacidades, preparando-os para um futuro bem-sucedido e independente.

### **2.3. Jovens (ex) acolhidos no apartamento de autonomia**

Os entrevistados foram selecionados com base no histórico de acolhimento, com um foco específico na experiência de viver em apartamento de autonomia. A seguir, apresentamos uma caracterização dos participantes, que desempenham papéis fundamentais neste contexto, e tivemos em consideração tanto o tempo que passaram em acolhimento residencial quanto o período em que estiveram em apartamento de autonomia.

Na tabela número cinco, oferecemos informações sobre os participantes, incluindo dados como idade, permanência em acolhimento residencial, tempo de acolhimento em apartamento de autonomia e informações sobre as suas ocupações profissionais.

**Tabela nº 5 - Caracterização dos participantes**

Participante	Idade	Em acolhimento residencial	Em apartamento de autonomia	Profissão	Já inserido na sociedade
EJ1	19 anos	8 anos	1 ano	desempregado	não
EJ2	20 anos	10 anos	5 anos	Estudante do 2º ano CteSP – Acompanhamento de crianças e jovens	não
EJ3	21 anos	6 anos	2 anos	Estudante do 2º ano CTeSP – Lazer desportivo	não
EJ4	19 anos	2 anos	1 ano	Estudante do 2º da Licenciatura desporto, condição física e bem - estar	não
EJ5	24 anos	6 anos	2 anos	Empregado em restauração	não
EJ6	23 anos	9 anos	4 anos	Estudante do 1º ano da licenciatura treino desportivo	não
EJ7	25 anos	6 meses	8 anos	Empregado em restauração e estudante do 3º ano da licenciatura em Educação Social	sim
EJ8	22 anos	7 anos	4 anos	Desempregado	sim

(Barros, 2023)

Como podemos identificar na tabela cinco, todos os participantes passaram por experiências de acolhimento residencial. A média de permanência total nesse tipo de instituição, é de oito anos. Dessa média, a permanência em acolhimento residencial corresponde a seis anos, enquanto no apartamento de autonomia, a média é de três anos. Esta informação é essencial, pois permite refletir sobre como a duração da estadia em instituições de acolhimento possibilita uma perspectiva e avaliação dessas respostas sociais por parte desses jovens. É importante salientar que a maioria dos jovens dá continuidade ao seu percurso acadêmico, demonstrando um interesse contínuo na sua formação e investimento pessoal.

## Capítulo III

### Análise e Discussão de Dados

#### 3.1. Percepções dos jovens sobre a sua experiência em apartamentos de autonomia.

Para a realização deste estudo, como método de pesquisa, utilizamos as entrevistas semiestruturadas, dando destaque à voz dos participantes, de acordo com o objetivo de ir ao encontro das suas percepções.

Assim, em relação ao primeiro objetivo enunciado, referente à percepção sobre a experiência vivida em apartamento de autonomia, foi possível concluir que os jovens, consensualmente, reconhecem esta experiência como muito positiva, descrevendo-a como:

*"Muito boa"(EJ1)*

*"Aprendi muitas coisas... é benéfico para mim. Aprendi a conviver com pessoas da minha idade... é uma experiência boa." (EJ2),*

*"Uma experiência boa, damo-nos todos bem,"(EJ3)*

*"Como uma experiência um bocadinho adulta, em que ganhamos responsabilidade, o que considero ser bom e nos dá outra maturidade"(EJ4).*

*"Permite verem os tipos de coisas que eles têm que fazer para se adaptar na vida adulta"(EJ5).*

Estas afirmações realçam a ideia de que os apartamentos de autonomia são encarados pelos jovens como oportunidades válidas na sua aprendizagem, onde aprendem habilidades práticas e de vida, bem como melhorar as interações sociais.

Outro aspeto que os jovens realçam é a liberdade que sentem neste apartamento em relação à situação de acolhimento anterior, destacando a diferença notável entre a liberdade no acolhimento residencial e a liberdade que o apartamento de autonomia proporciona, referindo, por exemplo:

*"Quando vamos para a autonomia para o apartamento, já temos a liberdade que queremos." (EJ1)*

*"Mais liberdade para fazer as coisas", "Temos assim dizendo mais liberdade para fazer as coisas que nós gostamos de fazer sem que ninguém nos ande muito em cima." (EJ3).*

*"benéfica porque podemos fazer mais asneiras, e aprender mais com as asneiras, porque não estamos tão controlados como estamos com os técnicos, temos uma certa liberdade" (EJ7)*

Consideram ainda que a liberdade é benéfica no seu processo de autonomia, na medida em que proporciona mais privacidade. Os jovens reconhecem que esta liberdade os desafiou a ser mais autónomo e a desenvolver habilidades que serão fundamentais para a sua vida futura, que o apartamento de autonomia lhes proporcionou a oportunidade de aprender, isto é, de adquirir competências úteis para a sua vida fora da instituição, como:

*"(...) saber cozinhar, o sabermos gerir o dinheiro para as compras" (EJ1)*

*"Aprendi a cozinhar... é benéfico para mim."(EJ2)*

Mas não são só competências úteis em termos funcionais que os jovens valorizam. Também mencionam a importância de passar tempo com amigos em contextos sociais e como essa liberdade e flexibilidade de horários contribuíram para o crescimento pessoal.

*"poder sair, estar com os amigos, não ter horários rigorosos permitiu evoluir, pois estar com os amigos em contextos sociais" (EJ7)*

Estamos assim perante uma perspetiva que enfatiza a aprendizagem através da experiência e das interações sociais, contrária com a rigidez e o controle impostos por figuras de autoridade, como técnicos. Um dos jovens menciona que:

*"no meu ponto de vista cresci, tornei-me mais responsável (...)", "não tinha técnicos e auxiliares a acordar para ir para a escola, nem a dizer quando devida tomar banho" (EJ8).*

Este tipo de testemunho demonstra como a liberdade lhe deu mais autonomia e responsabilidade na sua vida diária. Outro aspeto referido tem a ver com as questões das interações sociais onde destaca como a liberdade também afetou o seu desenvolvimento nas atividades sociais

*“saídas à noite, porque na CAR nunca tive saídas à noite, e no apartamento sim” (EJ8).*

Quando se referem aos benefícios do apartamento de autonomia, valorizam de modo especial as habilidades práticas do dia-a-dia como a gestão doméstica e gestão financeira, todos os jovens mencionam que a gestão doméstica será muito importante no seu futuro.

*"Acho que é muito importante aprender a cozinhar e assim, temos alguém ali que nos dê apoio. É importante saber gerir o dinheiro para as compras."(EJ1)*

*“aprender atividades autónomas práticas para o dia a dia da casa.”(EJ4)*

*“gestão de dinheiro, aprender a fazer as coisas básicas, como cozinhar, limpar utilização de produtos, lavar roupa” (EJ7)*

Dizem ainda que no acolhimento residencial não lhes era permitido fazer algumas tarefas, acrescentando mesmo que se não entrassem no apartamento de autonomia não tinham aprendido estas competências.

*"Fazer as tarefas principalmente (...) eu quando estava no outro lado do colégio fazia mas muito pouco (...) no apartamento aprendi a cozinhar aprendi a lavar a minha própria roupa estender e tudo mais que o outro lado do colégio não fazia."(EJ3)*

*"Se eu estivesse do outro lado, não sabia o que era cozinhar, lavar a louça, pagar contas e fazer compras." (EJ6)*

Um jovem considera igualmente que a gestão doméstica é um processo contínuo

*"estou a desenvolver, organização da casa, tipo em limpar a casa, que nem tá sempre, mas é uma competência que vamos treinando eu e o pessoal da casa, por isso, acho que é contínua, é uma competência contínua, que vai evoluindo."(EJ5)*

Constatamos, pois, que os jovens têm uma opinião unânime sobre os benefícios do apartamento de autonomia nas suas vidas. Destacam como uma experiência que os prepara para a sua independência e como isso influenciará positivamente as suas vidas.

*"Estão-nos a preparar para quando um dia nós sairmos daqui." (EJ1)*

*"Sinto-me melhor porque sou autónomo e a minha vida toda eu vou ter que ser autónomo."(EJ2)*

*"ajuda-nos a preparar-nos para fora do apartamento, portanto sim, acho que sim, ajuda-nos bastante."(EJ3)*

Esta preparação é vista como antecipada, como mencionado por alguns jovens:

*"Fazemos coisas que muitos adultos não estão preparados, e sinto que estamos muito à frente na vida adulta." (EJ4)*

*"A experiência no apartamento de autonomia é uma etapa crucial na construção da minha segurança. As habilidades práticas que adquiero e o apoio que recebo ajudam-me a enfrentar os desafios da vida independente com confiança." (EJ5)*

Também demonstram compreender a finalidade e o propósito do apartamento de autonomia:

*"Eu entendo que é para me ajudar daqui para a frente, para que eu seja capaz de organizar minha vida sozinho, sem depender deles." (EJ6)*

A perspetiva dos jovens sobre apartamentos de autonomia é unânime sobre os benefícios desta experiência nas suas vidas, realçando a importância das habilidades práticas do dia a dia, como gestão doméstica, incluindo cozinhar, lavar roupa e limpar, é vista como essencial para a sua independência e autossuficiência, e como essas competências são fundamentais para o seu futuro. Eles observaram que estas tarefas não

são permitidas no acolhimento residencial e que o apartamento de autonomia lhes proporciona a oportunidade de aprender essas habilidades específicas. Uma posição em linha com o que afirma a este respeito os autores, como, João Gaspar (2014, p74), que salienta a importância das instituições de acolhimento terem um “fio condutor que ajude a alcançar a progressividade e transversalidade ” dos jovens para que no processo de transição para a vida adulta tenham um conjunto de competências necessárias para um bom processo de integração social.

Podemos assim aferir que os jovens demonstram compreender o propósito do apartamento de autonomia, que é ajudá-los a organizar as suas vidas e serem autossuficientes no futuro, sem depender de terceiros. Essa compreensão eleva a importância e o sucesso desta resposta social na preparação dos jovens para a transição para a vida adulta

Em suma, os jovens valorizam a liberdade que o apartamento de autonomia proporciona, permitindo-lhes adquirir habilidades práticas, crescer pessoalmente e ter interações sociais significativas. Essa liberdade desafia-os a serem mais independentes, responsáveis e preparados para a vida adulta. Como referem as diferenças em estar num ambiente mais controlados, e os apartamentos de autonomia que oferecem um ambiente propício ao crescimento e ao seu desenvolvimento.

### **3.2. Perceções dos jovens sobre impactos, positivos ou negativos, no processo de inserção na vida social**

Em relação ao segundo objetivo, que visava compreender os impactos positivos e negativos no processo de inserção na vida social, a maioria dos jovens reconhece que este tipo de resposta social, permite aquisição de competências essenciais para o seu futuro, contudo têm consciência dos desafios inerentes a este processo.

A transição para a vida adulta é um momento crítico na vida dos jovens que crescem em sistemas de acolhimento, como ficou evidente na revisão da literatura científica. Como refere Susana Pires, (2011, p. 34 - 36) “ institucionalização de crianças e jovens têm consequências nefastas para o seu desenvolvimento comportamental, intelectual,

afetivo, motor e social das crianças e jovens, na medida em que o abandono e o afastamento subjetivo da família, (...) provoca nas crianças e jovens atitudes auto-desvalorativas e depreciativas”, contudo os jovens inquiridos, na sua opinião, consideram positivo a sua permanência em específico no apartamento de autonomia.

A experiência em apartamentos de autonomia na opinião dos nossos participantes desempenha um papel fundamental neste processo, onde é criado um ambiente onde eles podem desenvolver habilidades, autonomia e responsabilidade. Neste sentido, pode dizer-se testemunho destes oito jovens oferece uma visão única e exclusiva sobre os impactos, tanto positivos quanto negativos, dessa experiência.

Autonomia e responsabilidade são temas comuns entre as percepções destes jovens. Um dos jovens destaca o crescimento pessoal e a sensação de maior responsabilidade, referindo:

*"No meu ponto de vista, acho que cresci e tornei-me mais responsável."(EJ8)*

*"Poder sair, estar com os amigos, não ter muitos horários, os horários não ser tão rigorosos"(EJ7),*

*"Temos mais liberdade para fazer as coisas que gostamos sem muita intervenção."(EJ3)*

*"Tendo em conta que antes estive num colégio e agora estou num apartamento de autonomia, acho que permitiu que eu tivesse mais liberdade, mas ao mesmo tempo mais responsabilidade."(EJ5)*

A aprendizagem a partir de erros é outro ponto comum nas percepções dos jovens. Dois dos jovens compartilham a crença de que cometer erros e aprender com eles é benéfico para o desenvolvimento pessoal.

*"A mim sempre disseram que aprendemos com os erros"(EJ8),*

*"É mais benéfico porque podemos fazer asneiras e aprender mais com as asneiras... temos uma certa liberdade."(EJ7)*

Alguns jovens comparam o acolhimento residencial com o apartamento de autonomia, onde afirmam:

*"Eu tenho mais independência lá (...) na casa de autonomia. Ah, tenho mais o meu próprio espaço porque aqui, querendo ou não, tens sempre alguém."(EJ6),*

*"há uma grande diferença porque na instituição temos que pedir autorização para muita coisa e justificar (...). Quando estamos na casa de autonomia, já não temos que fazer isso, temos uma liberdade de um adulto."(EJ4)*

Os jovens reconhecem que a experiência no apartamento de autonomia tem um impacto positivo no desenvolvimento da sua autonomia social. Um dos jovens menciona que aprendeu a viver de forma independente e que o preparou para interagir e funcionar de forma mais autónoma na sociedade, onde refere:

*"Eu aqui, na autonomia, desde que vim eu antes era muito tímido... Obrigá-me mesmo a expressar-me para as pessoas."(EJ1)*

Todos os jovens inquiridos reconhecem que tiveram aprendizagens significativas que não iam ter se tivessem noutra contexto como afirma um dos jovens

*"fazemos coisas que muitos adultos não estão preparados para fazer, a menos que se vejam obrigados. Sinto que estamos muito à frente em preparação para a vida adulta." (EJ4).*

*"Ganhei autonomia, consigo fazer coisas que não sabia fazer antes."(EJ2).*

Denota-se que a preparação para a vida adulta é uma preocupação central para todos os jovens. Eles reconhecem que a experiência em apartamento de autonomia os prepara significativamente para a transição para a vida adulta.

*"Se eu não tivesse essa experiência, não conseguiria sobreviver bem."(EJ2)*

*"Acho que nos ajuda bastante... ajuda-nos assim dizendo a preparar-nos para fora do apartamento."(EJ3).*

Entre as competências adquiridas com impacto na sua vida, realçam, uma vez mais, as tarefas do quotidiano como relevantes nesta preparação para a vida adulta.

*“Habilidades na cozinha, competência financeira, organização em casa. Aprendi muito sobre tarefas básicas, que talvez não soubesse sem a orientação de pessoas mais experientes.” (EJ4).*

*“aprende-se em termos de tarefas domésticas, desde cozinhar, arrumar roupa, lavar roupa, essas coisas. (...) mas também aprendes a organizar a tua vida, como um emprego, pagar contas” (EJ6)*

*“ganhar independência e responsabilidade é fundamental para o desenvolvimento pessoal” (EJ8).*

De modo significativo, um dos jovens observa que viver no apartamento de autonomia proporciona uma visão mais parecida com a vida adulta, que possibilita os jovens aprenderem tarefas práticas.

*"Acho que permitiu as pessoas verem o tipo de coisas que elas têm que fazer para se adaptar à vida adulta, tanto em tarefas como em relações em casa."(EJ5)*

Como vimos no ponto anterior, os jovens realçam a importância da liberdade, da responsabilidade e da aprendizagem com os erros. Este aspeto é igualmente realçado quando se referem aos impactos na sua vida atual. Ou seja, eles vêm esta experiência como uma oportunidade de crescimento pessoal, de preparação para a vida adulta e desenvolvimento de habilidades práticas (cozinhar, lavar a roupa, limpar), considerando fundamental esta experiência, mesmo tendo de ultrapassar alguns desafios.

Assim, os desafios iniciais são igualmente comuns a todos, referem os obstáculos iniciais e a solidão que sentiram ao entrar no apartamento de autonomia:

*"Às vezes, sinto-me com medo, não tenho ninguém. Eu não sei se a decisão que estou a tomar é a melhor ou a pior."(EJ1).*

*"Senti-me ali um bocadinho mais solitário do que sentia na instituição onde tinha outras crianças."(EJ4)*

*“No início sim, nos primeiros anos, porque estava perdido, não sabia o que queria da vida, mas acabei por me encontrar.”(EJ7)*

Outros jovens mencionam que enfrentaram desafios especialmente no que diz respeito à aprendizagem de habilidades práticas:

*“Tive que aprender a cozinhar, algo que não sabia fazer antes.”(EJ2),*

*“A primeira coisa foi adaptação a um ritmo diferente, a umas tarefas diferentes.” (EJ3)*

*“saber gerir as minhas rotinas. Elas não estão bem alinhadas, mas é uma coisa que eu também tenho que melhorar” (EJ6).*

Outros jovens relatam que enfrentaram desafios iniciais ao entrar no apartamento de autonomia, referindo a necessidade de adaptar-se a um novo ambiente e à falta das pessoas com as quais tinha afinidade na instituição anterior.

*“Se calhar foi sei lá, não ter o pessoal que eu tinha, que esteve comigo vários anos, e tinha afinidade.”(EJ5)*

*“foi me adaptar aos novos residentes que entraram no apartamento de autonomia, (...) depois tive que me adaptar ao estilo de vida deles.”(EJ8)*

Os jovens destacam os desafios iniciais ao entrar em apartamentos de autonomia, que envolvem sentimentos de solidão, incerteza em relação ao futuro e a necessidade de aprender habilidades práticas e gerir rotinas. Além disso, a adaptação a um novo ambiente e novos colegas também são considerados obstáculos. No entanto, é importante destacar que, apesar desses obstáculos iniciais, a maioria refere que foram superados com o apoio dos técnicos e auxiliares do apartamento de autonomia e agora estão num processo de aquisição de novas competências e de aprendizagem.

Tal como lembra, Isabel Baptista (2007, p. 147) devemos garantir as condições de educação e formação acessíveis a todas as pessoas, em modelos que valorizem o «aprender na com a vida», permitindo responder às especificidades próprias de cada singularidade humana, de cada idade ou condição existencial. Contudo “essa

aprendizagem não acontece de forma automática, sem ajuda, sem intervenção exterior, sem mediação de terceiros. Daí a importância do convívio interpessoal” (p.150).

A necessidade de apoio e orientação durante esta transição também é um ponto em comum. Todos reconhecem a importância de contar com o apoio de técnicos e auxiliares para enfrentar os desafios e tomar decisões importantes.

*“Acho que é muito bom. Dão-nos espaço, o que é importante (...) queremos falar com alguém para desabafar, e sabemos que essas pessoas estão disponíveis para nos dar bons conselhos.” (EJ1)*

Os jovens destacam o papel fundamental que o técnico e o auxiliar desempenharam no seu dia a dia:

*“Classificado com nota máxima (...) o técnico estava presente, e mais tarde foi adicionado um auxiliar que ajudou muito em termos domésticos. Acabaram por se tornarem figuras de referência (EJ7).*

*“Os técnicos ajudaram-me bastante a melhorar as minhas capacidades. Estão lá todos os dias, e quando preciso, posso comunicar com eles e recebo ajuda.” (EJ2).*

Constatamos assim que os jovens acreditam que o perfil dos técnicos e auxiliares é essencial para uma boa intervenção e orientação

*“Acho que sim, as pessoas que lá trabalham são importantes. É necessário que gostem do que fazem e cuidem das vidas das pessoas que estão lá. Isso é muito importante para nós, para que nos sintamos confortáveis com a pessoa que está lá.” (EJ1).*

De mencionar que alguns jovens consideram extremamente positivo os diálogos com os técnicos e auxiliares para terem rotinas e que consideram que estas orientações irão ter impacto no seu futuro como afirmam os jovens:

*“Essas orientações eram positivas, pois obrigaram-me a criar rotinas e não falhar nas coisas que tinham que fazer.” (EJ8)*

*“as orientações são boas, pois eles estão aqui para nos ajudar, e todas as conversas têm como objetivo nos beneficiar.”(EJ3)*

*“é para me ajudar daqui para a frente, para que eu seja capaz de organizar a minha vida sozinho, sem depender deles, mas eles ajudam-me, eu acho que orientam para isso.”(EJ6).*

*“dão bastante apoio, mesmo em tarefas diárias (...), e nas coisas que nós precisamos (...), se nós pedirmos e precisarmos de alguma coisa, eles estão sempre lá. Acho que há boa interação das pessoas que estão lá, e tipo estão a salvaguardar as nossas coisas. (EJ5).*

Como vimos na primeira parte deste trabalho, a abordagem humanista, Joaquim Azevedo (2007, p.35), refere que a articulação e cooperação entre os atores sociais, as relações de proximidade e a aprendizagem permanente necessitam de apoio e orientação.

E, com efeito, os jovens realçam a importância do apoio e orientação durante a sua permanência no apartamento de autonomia, referindo que técnicos e auxiliares desempenham um papel fundamental, ao nível prático e são para alguns figuras de referência. De destacar que consideram que a relação e empatia entre técnicos, auxiliares e jovens é crucial na preparação para a independência e desafios futuros.

A participação ativa nas decisões é outro aspeto partilhado pelos jovens, na maioria eles destacam que a sua opinião é levada em conta e que envolvem-se nas tomadas de decisão e valorizam o apoio oferecido pelos técnicos e auxiliares, que ajudam a melhorar suas habilidades e decisões.

*“Claro que tenho em conta as opiniões que me dão, porque estão a dar-me uma opinião para melhorar.” (EJ1)*

*“sim, no entanto, sou eu quem decide se a minha opinião é boa ou má, com base nas circunstâncias.” (EJ2)*

*“Sim, sobre a minha vida, não tenho dúvidas. Tudo o que estou a fazer neste momento é da minha vontade.” “Quanto ao curso e outras decisões, eles apoiaram muito.” (EJ4)*

*“eles dão a opinião deles e formularam comigo também formas de eu chegar lá, da forma mais segura possível, até porque, não é fácil aquilo que eu estou a planear (...) por isso acho que sim que dão bastante apoio nessa área.” (EJ5)*

*“Quase todas as decisões foram tomadas por mim, com o técnico presente para colocar questões e dúvidas, (...) porque no fundo é a minha vida.” (EJ7)*

*Acho que sempre fui eu que tomei as minhas decisões, e sempre foram aceites (EJ8)*

Fica claro que a participação ativa nas suas decisões é um aspeto valorizado de forma muito expressiva por todos os jovens. Eles valorizam o fato das suas opiniões serem levadas em consideração e que podem envolver-se nas tomadas de decisão. Os jovens sentem que têm capacidade para tomar as suas próprias decisões, mas também estão recetivos a receber orientação quando necessário. Parafraseando Manuel Sarmiento (2007,p. 196), envolver de maneira eficaz as crianças e jovens em iniciativas de participação relacionadas com questões que afetam as suas vida, reconhecendo-as como indivíduos com habilidades sociais capazes, permite um crescimento pessoal e social.

A transição para a vida adulta a partir dos apartamentos de autonomia é vista pelos jovens como uma experiência com aspetos positivos, como o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, a preparação para a vida adulta, a liberdade, o apoio/orientação e a participação ativa nas decisões. No entanto, também envolve desafios iniciais, como solidão e incerteza, a necessidade de aprender habilidades práticas e lidar com a adaptação a um novo ambiente e a novos colegas. Importa referir que nenhum dos jovens se pronunciou (nem positivamente, nem negativamente) ao facto de partilhar quarto e o número de jovens no apartamento de autonomia.

Em resumo, as perceções de oito jovens sobre a experiência em apartamentos de autonomia revelam pontos em comum que evidenciam a importância deste tipo de resposta social, e cada jovem traz sua perspectiva única e valiosa para esse processo de crescimento e transição.

### 3.3. Percepções dos jovens sobre possíveis medidas de melhoria

O terceiro e último objetivo enunciado diz respeito à percepção dos jovens sobre possíveis medidas de melhoria, sendo aqui de salientar o notável sentido crítico revelado. A transição dos jovens do acolhimento residencial para uma vida autônoma é um momento importante para cada um. Tal como ficou evidente nos pontos anteriores, eles valorizam a liberdade, mas reconhecem a necessidade de apoio inicial para ganhar confiança nas habilidades práticas, destacando a importância da orientação contínua quer ao longo do acolhimento, quer após o mesmo.

Uma das sugestões de melhoria que os jovens expressam é a necessidade de orientação mais consistente ao fazer a transição do acolhimento residencial para o apartamento de autonomia. Eles valorizam a liberdade mas reconhecem que um suporte mais consistente durante essa fase de transição poderá transmitir segurança, como refere um dos jovens

*"Às vezes, sinto-me com medo, não tenho ninguém. Eu não sei se a decisão que estou a tomar é a melhor ou a pior."(EJ1)*

*"Pelo menos inicialmente, (...) eu entrei logo para o apartamento e fiquei um pouco perdido, e (...) bastou um pouco de orientação e não necessariamente estar tão presente."(EJ7)*

*"Essas orientações eram positivas, pois obrigaram-me a criar rotinas e não falhar nas coisas que tinham que fazer(..)"(EJ8)*

Os jovens referem ainda a necessidade de apoio inicial na aquisição de habilidades práticas das tarefas que consideram ser um desafio quando entram para o apartamento de autonomia, sugerindo melhorias nesse sentido.

*"A primeira coisa foi adaptação a um ritmo diferente, a umas tarefas diferentes."(EJ3),*

*"(...) aprender a cozinhar, algo que não sabia fazer.", "cuidar da minha roupa e dobrá-la, pois não gosto muito de fazer isso." (EJ2)*

Portanto, estas referências dos jovens fazem alusão a que nas primeiras semanas de integração haja um acompanhamento mais intensivo para os ajudar a ganhar confiança na aprendizagem de habilidades práticas permitindo-lhes uma adaptação mais rápida ao novo ambiente.

De salientar que alguns jovens mencionaram igualmente a necessidade de apoio e orientação contínua, principalmente em situações mais desafiantes. Eles reconhecem que a independência é valiosa, mas também valorizam o apoio e a orientação dos técnicos e auxiliares. Como refere um jovem:

*"(...) às vezes queremos falar com alguém e sabemos que essa pessoa está disponível para qualquer um de nós, para eu poder ir desabafar com ela ou com ele e vão-me dar a opinião, bons conselhos para eu resolver os meus problemas."(EJ1).*

*“pessoas que lá trabalham são importantes. É necessário que gostem do que fazem e cuidem das vidas das pessoas que estão lá. Isso é muito importante para nós, para que nos sintamos confortáveis com a pessoa que está lá.” (EJ1)*

Por outro lado, os jovens apresentam sentido crítico relativamente a algumas abordagens que os técnicos e auxiliares deveriam apresentar, tendo em conta as suas perspetivas de futuro, tal como afirmam os dois jovens já inseridos socialmente.

*“Considero que os técnicos e auxiliares deveriam falar sobre gestão financeira em relação ao futuro, como pagar contas e impostos.” (EJ8)*

*“Acredito que precisam de apoio em questões burocráticas, questões de cidadania, como IRS, contratos, recibos verdes e descontos.” (EJ7).*

Importa ressaltar que estes dois jovens sentem ou sentiram esta dificuldade na sua inserção, daí alertarem para a importância de se definirem ações que trabalhem estas temáticas quando os jovens ainda estão no apartamento de autonomia.

Uma das maiores preocupações e receios dos jovens prende-se com a saída da instituição, acrescentando que esta transição deveria ser gradual, antecipando-se ao tempo imposto pela legislação em vigor, que define a cessação da medida de promoção e proteção no dia em que completa os 25 anos. Há uma preocupação com a gestão

financeira e a importância da adaptação à vida fora do apartamento, que envolve lidar com despesas e responsabilidades adicionais, compreender como gastar o dinheiro de forma eficaz. Dessa forma afirmam:

*"Porque o tempo se aproxima e a cada um têm as suas inseguranças, não é? Eu tenho as minhas. Em caso de algo correr mal, acho que preciso de um lugar seguro." (EJ5)*

*"Acredito que vou precisar de algum apoio, pois estou a preparar, mas ainda preciso de ajuda de pessoas que entendam as questões da vida fora do apartamento." (EJ3)*

*"Eu não sei, acho que é mais apoio, (,,) acho que vai ser um pouco de gestão, principalmente financeira, é como eu vou gerir o dinheiro."(EJ6)*

*"apoio ao nível das questões financeiras, como pagar contas, IRS, entre outras coisas. (EJ8)"*

Significativamente todos os jovens mencionam o desejo de alcançar independência e estabelecer objetivos de vida, incluindo ter uma casa, privacidade e melhorar a carreira profissional.

*"Estou indeciso em algumas coisas, mas um dos meus objetivos é ter uma vida independente, ter uma casa, privacidade e melhorar a minha carreira ao longo dos anos. (EJ2).*

Curiosamente, um dos jovens declara que pondera a possibilidade de procurar apoio psicológico no futuro para refletir sobre as suas experiências vividas, procurando assim dar continuidade à experiência de acompanhamento, ao facto de ter alguém próximo que ajude a orientar caminhos

*"acredito que talvez possa precisar de apoio psicológico para refletir sobre tudo o que aconteceu ao longo destes anos, mas não será algo obrigatório."(EJ4).*

Os jovens demonstram que pretendem continuar a ter ligação as pessoas e à instituição após a saída, confiando nestas caso tenham necessidade de apoio:

*“acredito que precisarei de pouco apoio, mas posso sempre entrar em contato com as pessoas que me ajudaram ao longo dos anos. (EJ2)*

Concluindo, os jovens referem essencialmente como aspetos de melhoria a intensificação do apoio nos inícios da sua integração em apartamento de autonomia, o apoio contínuo na sua estadia com o equilíbrio entre liberdade, orientação e autonomia nas situações mais desafiadoras, indo assim ao encontro do que defendem os autores a este respeito, como, João Gaspar, (2014, p. 111) menciona que o acompanhamento duradouro, constante e afetuoso por parte dos educadores às crianças e jovens em situação de acolhimento desempenha um papel crucial na construção de uma relação de confiança. E reforça que se deve investir no acompanhamento mas também no “desmane” dos jovens da instituição, para que a transição para o mundo exterior seja sem sobressaltos.

Como vimos, os jovens valorizam as orientações e os conselhos dos técnicos e auxiliares, que os ajudam a ganhar estrutura, criar rotinas e adquirir habilidades práticas, embora desejem independência. Constatámos que uma preocupação comum é a saída da instituição, que, de acordo com a legislação, ocorre ao completar 25 anos. Muitos expressaram a necessidade de uma transição gradual, considerando-a uma medida de segurança em caso de contratempos. Enfim, eles reconhecem que, mesmo havendo uma preparação para a vida fora do acolhimento, ainda precisam de apoio em algumas situações, desejam manter contacto com as pessoas e com a instituição que os apoiaram ao longo dos anos, caso seja necessário apoio adicional.

## **Conclusão**

O estudo realizado com os oito jovens que vivem ou viveram em apartamento de autonomia revela percepções significativas sobre essa experiência e a transição para a vida adulta. No geral, os jovens destacam de forma unânime os benefícios desta experiência. Eles veem o apartamento de autonomia como uma experiência significativa nas suas vidas, valorizam a liberdade, o desenvolvimento de habilidades práticas do dia-a-dia, a independência e as oportunidades de crescimento pessoal. Os apartamentos de autonomia são vistos pelos jovens como lugares onde adquirem responsabilidades e maturidade, preparando-os para a vida adulta. Além disso, referem a forma de aprendizagem através da experiência, do sentido de responsabilidade e das interações sociais como sendo melhor, em contraste com a rigidez e o controle do ambiente de acolhimento residencial.

Contudo, os jovens apontam também desafios iniciais desta transição, incluindo sentimentos de solidão, incerteza em relação ao futuro, a necessidade de aprender habilidades práticas e a adaptação a um novo ambiente e novos colegas. No entanto, referem que esses obstáculos iniciais são superados com o apoio dos técnicos e auxiliares do apartamento de autonomia.

Para os jovens a participação ativa nas decisões relacionadas à sua vida é uma parte essencial do processo de autonomização. Eles disseram que suas opiniões são levadas em consideração e valorizam o fato de poderem envolver-se nas tomadas de decisão.

A transição para a vida adulta é vista como um momento crucial, e todos os jovens reconhecem a importância de adquirir habilidades práticas e competências a nível da gestão financeira, que serão essenciais para o seu futuro. Expressaram, também, a necessidade de compreender questões burocráticas, como impostos e contratos.

Os jovens sugerem como medidas de melhoria, um apoio mais consistente na fase de transição, especialmente nas primeiras semanas, para ajudá-los a adquirir confiança nas habilidades práticas e adaptarem-se a um novo contexto. Eles também mencionam a necessidade de apoio contínuo, especialmente em situações solicitadas pelos próprios.

Além disso, alguns jovens manifestam a preocupação com a saída da instituição e expressam o desejo de que esta transição seja gradual e segura.

Em resumo, as percepções dos jovens sobre a experiência em apartamentos de autonomia revelam uma imagem na sua globalidade positiva, onde destacam os benefícios dessa experiência, bem como os desafios iniciais que enfrentam. Eles destacam a importância do apoio e da orientação para a preparação para a vida adulta, enfatizando a necessidade de medidas de melhoria, como um apoio mais consistente durante as transições (do acolhimento para o apartamento e do apartamento para a inserção social). A voz desses jovens fornece informações valiosas para melhorar o sistema de acolhimento e garantir uma transição mais segura para a vida adulta.

## **Considerações Finais**

O presente estudo teve como objetivo centralizar a sua análise na palavra dos próprios jovens, referentes às experiências vividas durante o período em que estiveram em apartamentos de autonomia, e nas percepções que têm sobre como essas experiências influenciaram ou podem influenciar as suas trajetórias de vida. Após uma cuidadosa reflexão, e tendo em conta questões teóricas e perspectivas inerentes à pesquisa, é chegado o momento de realizar uma análise que permita combinar a síntese dos objetivos que estabelecemos.

A fase de recolha de informações, na nossa visão, representou um papel central em toda a pesquisa, pois possibilitou a criação e organização de elementos cruciais para a conclusão deste trabalho. Questões relacionadas ao consentimento informado dos participantes do estudo e à confidencialidade, tanto dos jovens como da instituição, bem como as etapas de recolha de informações, contribuíram para que esta etapa se tornasse vital para a pesquisa atual. Isso não apenas preservou os relacionamentos, garantindo respeito e confidencialidade entre o pesquisador e os jovens, mas também criou as condições necessárias para a exploração do tema em questão.

A perspectiva dos jovens sobre os apartamentos de autonomia é unânime quanto aos benefícios, enfatizando a importância das habilidades práticas do dia a dia, como a gestão doméstica, que inclui cozinhar, lavar roupas e limpar. Essas habilidades são vistas como essenciais para a independência e autossuficiência, sentindo-as como fundamentais para seu futuro. Eles observam que essas tarefas nem sempre são realizadas no acolhimento residencial, assim o apartamento de autonomia é uma oportunidade para aprender essas habilidades específicas.

Ficou claro que os jovens compreendem o propósito dos apartamentos de autonomia, que é ajudá-los a organizar suas vidas e a se tornarem autossuficientes no futuro, sem depender de terceiros. Essa compreensão ressalta a importância dessa medida de acolhimento e o sucesso dessa abordagem na preparação dos jovens para a transição para a vida adulta.

Além disso, conseguimos identificar como positiva a presença de componentes organizacionais essenciais para o bom funcionamento da instituição. Segundo os jovens, o ambiente nos apartamentos de autonomia desempenha um papel importante, uma vez que promove habilidades práticas que se assemelham à vida que enfrentarão em breve. Conforme observou Isabel Gomes (2010, p.88), as instituições de acolhimento geralmente não proporcionam um ambiente semelhante ao familiar, o que pode afetar o desenvolvimento das crianças e dos jovens. Portanto, é desejável que esse ambiente siga um modelo mais familiar, centrado nas necessidades biopsicossociais, afetivas e emocionais das crianças e jovens, uma situação que parece ocorrer nos apartamentos de autonomia, uma vez que os jovens relatam liberdade e independência, ao mesmo tempo em que recebem apoio e orientação constante.

No que diz respeito às regras, embora haja regras estabelecidas no regulamento interno da instituição, elas não foram mencionadas pelos jovens nas entrevistas. Pelo que os jovens descreveram, parece que o ambiente nos apartamentos é construído com base em relacionamentos saudáveis e no cumprimento das tarefas diárias. Importa referir que essas regras foram discutidas e acordadas com os jovens, como mencionado no documento.

Além disso, os jovens destacaram positivamente a presença de cuidadores atentos e disponíveis para atender às suas necessidades, quer acadêmicas, quer pessoais. A maioria dos jovens está a frequentar o ensino superior, o que está de acordo com alguns autores, que indicam que jovens em sistemas de acolhimento apresentam um melhor desempenho acadêmico e mais motivação para continuar os estudos. Assim, o apoio fornecido pelos profissionais pode promover maior empenho acadêmico e reduzir o absenteísmo (Gaspar,2014, p.111).

O mesmo autor sugere que as instituições de acolhimento devem criar um ambiente que apoie os jovens de maneira a atenuar a falta de competências necessárias para uma transição bem-sucedida para a vida adulta. A falta de habilidades financeiras, destacada pelos jovens, evidencia a importância de trabalhar intensamente com eles neste âmbito, para garantir a sua autossuficiência e integração bem-sucedida na sociedade. Podemos concluir que é evidente que os jovens desejam participar ativamente das suas decisões, valorizando o fato de que as suas opiniões são tidas em consideração e que podem

envolver-se nas tomadas de decisão. Eles sentem que têm capacidade, mas também estão dispostos e consideram importante receber orientação quando necessário.

A transição para a vida adulta a partir dos apartamentos de autonomia é vista pelos jovens como uma experiência com aspectos positivos, como desenvolvimento de autonomia, responsabilidade, preparação para a vida adulta, liberdade, apoio/orientação e participação ativa nas decisões. No entanto, também comporta desafios iniciais, como solidão, a incerteza, a necessidade de adquirir habilidades práticas e adaptação a um novo ambiente e colegas.

Nas considerações finais deste estudo, é fundamental ressaltar a notável resiliência e determinação demonstradas pelos jovens, que enfrentaram desafios extraordinários nas suas vidas. A falta de apoio familiar para o seu desenvolvimento integral levou-os a períodos longos de acolhimento residencial, proporcionando-lhes uma visão única das respostas sociais de acolhimento. No entanto, o que mais se destaca é a vontade de aprender e crescer ao longo do tempo, demonstrando uma clara predisposição para a independência e a busca por melhorias nas suas vidas futuras. A aprendizagem contínua ao longo da vida é fundamental, acreditamos que, quando as condições ideais são criadas, esses jovens desempenham um papel ativo em seu próprio desenvolvimento. Como destacou Manuel Sarmiento (2007, p.202), é crucial capacitá-los para se tornarem agentes ativos na sociedade.

É importante realçar ainda que, de forma indireta, os jovens consideram que o acolhimento, neste caso, o apartamento de autonomia, oferece inúmeros benefícios, permitindo que eles adquiram competências que de outra forma não teriam acesso. Ao longo da análise dos dados, fica claro que eles valorizam a liberdade e desejam ser respeitados e tratados como indivíduos autônomos. Frequentemente, referem que o apoio contínuo é fundamental ao longo do seu percurso no apartamento de autonomia, e muitos afirmam com convicção que estão preparados para enfrentar desafios como adultos.

No entanto, e tal como procurámos indagar neste estudo, importa considerar as sugestões dos jovens para melhorar esta resposta social. Por exemplo, um acompanhamento mais intensivo nas primeiras semanas pode permitir que eles

adquiram mais competências e tenham mais segurança nas suas ações. A instituição que acolhe deve repensar como responder a estas necessidades dos jovens no futuro, a fim de facilitar uma transição mais segura para a vida independente. Além disso, os jovens têm consciência da falta de literacia financeira, o que pode prejudicá-los com obrigações legais futuras, como o IRS e outros impostos. Portanto, é crucial incluir a educação financeira nos programas de autonomia oferecidos aos jovens, capacitando-os a administrar as suas finanças de forma eficaz.

Outro aspeto relevante é a valorização da relação entre os profissionais e os jovens. Estes profissionais desempenham um papel bastante significativo nas suas vidas e devem criar uma proximidade que lhes permita estabelecer relações de confiança, portanto, é importante investir na formação dos profissionais que trabalham nestas respostas sociais, para que consigam dar resposta às necessidades específicas desses jovens, criando um ambiente de confiança e apoio mútuo.

Ao analisar a situação dos apartamentos de autonomia ao nível nacional, constatamos de modo “surpreendente” que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) não investem suficientemente resposta social, especialmente quando há distritos que não possuem nenhum apartamento de autonomia protocolado com a segurança social. Isso demonstra a necessidade de uma ação urgente para preencher essa lacuna e garantir que todos os jovens tenham a oportunidade de desenvolver sua independência.

Neste sentido, consideramos que há uma necessidade de futuras pesquisas que explorem a perspetiva dos profissionais que trabalham nestas respostas e cruzem os dados para identificar áreas de melhoria. A criação de um manual de boas práticas para apartamentos de autonomia, semelhante ao que a segurança social possui para o acolhimento residencial, pode ser uma iniciativa valiosa na intervenção com os jovens. Esse manual ajudaria a aperfeiçoar o apoio aos jovens, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de respostas mais eficazes e abrangentes para jovens em situações semelhantes no futuro.

No entanto, é importante refletir as considerações deste estudo, tendo em conta as suas limitações. Uma das limitações refere-se à metodologia do estudo, que se concentrou num único apartamento de autonomia, limitando a análise de outros apartamentos que

poderiam enriquecer os resultados. Como sugestão, recomenda-se a realização de estudos longitudinais abrangendo um número significativo de apartamentos de autonomia, a fim de obter uma compreensão mais completa da realidade nacional e analisar o progresso dos jovens desde sua entrada nos apartamentos de autonomia até a transição para a vida independente. “ Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos.” (Freire, 1999, p18).

Além disso, seria pertinente incluir em futuros estudos, outros intervenientes importantes no processo de autonomização dos jovens, como profissionais (técnicos e auxiliares) e os gestores das instituições. A triangulação dos dados pode fornecer uma visão mais abrangente das situações dos apartamentos de autonomia, proporcionando uma compreensão mais aprofundada desta realidade e sua expansão. Apesar das limitações inerentes à metodologia qualitativa, que está sujeita à interpretação do pesquisador, procuramos conduzir a análise com rigor e imparcialidade para compensar estas limitações. A palavra dos jovens permitiu-nos compreender que viveram ou vivem em apartamentos de autonomia, as suas perceções sobre essa experiência, os impactos positivos ou negativos na integração na vida social e possíveis medidas de melhoria nestes contextos de resposta social. Com base nas conclusões obtidas, fica claro que os apartamentos de autonomia constituem uma boa medida no âmbito do acolhimento residencial e que as instituições devem valorizar e aprimorar essas respostas sociais, uma vez que os jovens valorizam esta forma de intervenção. Recomendamos a implementação de programas intensivos de autonomia, tanto no início dos apartamentos de autonomia quanto na transição para a vida independente.

## **Bibliografia**

- Aires, L (2011), *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. 1ª edição, Universidade Aberta
- Almeida, L., Fragoso, A., & Sá, M. J. (2008). Educação e Formação ao Longo da Vida: Entre Políticas e Práticas. *Educação, Sociedade & Culturas*, (26), 117-136.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: percursos de jovens em lares de infância e juventude*. Lisboa: ISCSP.
- Amado, J. (2011). *Ciências da educação – Que Estatuto Epistemológico?* Revista Portuguesa de Pedagogia. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da educação da Universidade de Coimbra.
- Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1, 7- 40.
- Azevedo, M. C., & Maia, A. C. (2006). *Maus-tratos à Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Baptista, I. (2006). *Para a Pedagogia de Proximidade Humana: a educação no coração das comunidades*. IN Peres, A. & Lopes, M. (Coords.). *Animação, Cidadania e Participação*. (pp. 243-248). Chaves: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia
- Baptista, I. (2007). Políticas de alteridade e cidadania solidária - as perguntas da Pedagogia Social. *Cadernos de Pedagogia Social, Educação e Solidariedade Social*. (2), 135-151.
- Baptista, I. (2008). Pedagogia Social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de Acção. *Cadernos de Pedagogia Social, Educação e Solidariedade Social*. (2), 7-30.
- Baptista, I. (2012). Ética e Educação social - interpelações de contemporaneidade. SIPS - Pedagogia Social. *Revista Interuniversitária*, 37-49.

- Benavente, R. C. S. (2007) *Fatores de mudança nas representações da vinculação em crianças de famílias de alto-risco*. Doutoramento em Psicologia Clínica. Universidade de Lisboa.
- Boavida, J. & Amado, J. (2008). *Ciências da educação - Epistemologia, Identidade e Perspectivas*. Coimbra: 2º edição Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Camões, A., (2018). *Formação Contínua e Ethos Profissional - O caso dos Educadores Sociais em Portugal* (Tese de Doutoramento não publicada) Porto. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.
- Carneiro, R. (2004). *A Educação Primeiro*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Carneiro, R., (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. 21 Ensaio para o Século 21, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, A. D. (2002). *Epistemologia das Ciências da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Carvalho, A. D., & Baptista, I. (2004). *Educação Social, Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Código Civil Português, (2023) - 83ª versão - a mais recente (Lei n.º 3/2023, de 16/01)
- Correia, F., Martins, T., Azevedo, S., & Delgado, P. (2014.) *A educação social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional*. Interfaces Científicas (Educação), vol. 3, nº 1, p. 113-124.
- Coutinho, C, & Lisboa, E, (2011), Sociedade da informação do conhecimento e da aprendizagem: desafios para a educação no século XXI, *Revista de Educação*, Vol. XVIII, nº 1, 2011 | 5 – 22
- Decreto – Lei 164/2019 de 25 de outubro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social Diário da República n.º 206/2019, Série I, páginas 65 - 79

- Delors, J. (1996). *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI* (7ª. Ed.). Edições ASA.
- Departamento de Desenvolvimento Social, (2022). *CASA 2021 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto de Segurança Social, Lisboa
- Departamento de Desenvolvimento Social, (2023). *CASA 2022 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto de Segurança Social, Lisboa
- Eisenstein, E (2005), Adolescência: definições, conceitos e critérios - *Adolescência & Saúde* volume 2 - nº 2 - junho 2005
- Epifânio, R. (2001). *Direito de Menores*. Coimbra: Almedina
- Ferreira, A.G. (2000). *Gerar, Criar, Educar – A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto
- Freire, P. (1999). *A Educação e processo de mudança social*. Educação e mudança, Editora Paz e Terra 23ª edição
- Frota, A.M.M.C (2007), Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção, *Estudos e Pesquisas em psicologia*, UERJ, RJ, ano 7, N. 1, 1º semestre de 2007 144-157
- Garcia, P. (2015). *Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida: Perspetivas e Desafios*. Porto Editora.
- Gaspar, J. P. (2014). *Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados* (Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Coimbra, Coimbra)

- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Gomes, J. V. (1994). Socialização Primária: Tarefa Familiar? *Cadernos de Pesquisa*, 91, pp 54-61.
- Gómez, J. C., Freitas, O. & Vargas, G. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local. Perspetivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições
- Instituto da Segurança Social (2006). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Instituto de Segurança Social, Lisboa.
- Instituto da Segurança Social (2007). *Lar de Infância e Juventude: Manual de Processos-chave*. Instituto de Segurança Social, Lisboa
- Lei n.º 147/99, de 01 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República, 204, Série I-A. Lisboa
- Montano, T (s.d.) (coord.). *Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de situações de Maus-Tratos ou outras situações de Perigo* - Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco Equipa Técnica
- Nações Unidas (2016) - *Leaving no one behind: the imperative of inclusive development Report on the World Social Situation 2016* - United Nations publication [www.un.org/esa/socdev/rwss/2016/full-report.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/rwss/2016/full-report.pdf)
- Nações Unidas. (1948). Carta Internacional dos Direitos Humanos. [www.dge.mec.pt.https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/declaracao\\_universal\\_direitos\\_humanos.pdf](http://www.dge.mec.pt.https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/declaracao_universal_direitos_humanos.pdf)
- Oliveira, J. E. B (2014). *A Gestão da Incerteza na Transição para a Vida Adulta* (Tese de Doutoramento, faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto, Porto)

- Peloso, F.C. (2013). *Infância e crianças: contribuições da teoria histórico cultural de Vygostsky para compreender a criança como sujeito histórico e social*. Apresentado no XI Congresso Nacional de Educação. Curitiba.
- Perista, H. (2008). *Educação ao Longo da Vida: Conceções e Práticas*. Educação, Sociedade & Culturas, (28), 41-60.
- Pires, S. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança -Escola Superior de Educação, Bragança).
- PORDATA (2023)– Estatísticas sobre Portugal e a Europa – “Pordata faz retrato dos jovens entre os 15 e os 24 anos”, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico*, Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul – Brasil: Universidade Feevale.
- Regime de Execução do Acolhimento Residencial - anotado (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro), Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consult. 25 agos. 2023].
- Sarmento, M. J (1998). *Percursos de exclusão e de inclusão social das gerações jovens*, Seminário “Envolvimento ativo dos jovens”, Guimarães
- Sarmento, M. J. Fernandes, N. & Tomás, C. (2007). Políticas Públicas e Participação Infantil, *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, nº 25, p. 183-206
- Souza, L. & Kantorski, P. (2003). *Maus tratos na infância. Família, Saúde e Desenvolvimento*, Curitiba, 5(3), 205-214
- UNESCO (1998). *Professores e ensino num mundo em mudança*. Relatório Mundial de Educação. Porto: Edições Asa.
- UNESCO (2000). *O direito à educação: uma educação para todos durante toda a vida*. Relatório Mundial sobre Educação. Porto: Edições Asa.

UNICEF, (2018). *Relatório Anual de 2017* -  
<https://www.unicef.pt/media/3281/relatorio-de-actividades-2018.pdf>

UNICEF. (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*.  
[www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](http://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf)

## **Anexos**

## Anexo 1. Guião de Entrevista



# CATOLICA

## FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

---

PORTO

Neste momento encontras-te a participar numa investigação que pretende compreender quais as tuas perceções e representações do acolhimento residencial em apartamento de autonomia, como promovem a tua autonomia e o teu desenvolvimento pessoal e qual o impacto desta resposta social na tua transição para a vida adulta nos diferentes contextos, social, profissional e familiar.

A tua colaboração é essencial para levar a cabo o alcance do objetivo pretendido. Assim, agradeço a tua ajuda e disponibilidade para responder a esta entrevista. Recordo que não existem respostas certas ou erradas, sendo apenas pretendido conhecer a tua perceção relativamente à tua experiência de acolhimento em apartamento de autonomia. Toda a informação facultada durante a entrevista, será tratada de forma confidencial e utilizada apenas para fins estritamente académicos. Sendo a tua participação voluntária, podes interromper a entrevista a qualquer momento.

Antes de darmos início à entrevista, não sei se gostarias de colocar alguma questão

### **Dados Demográficos**

Idade, tempo no acolhimento em acolhimento residencial, tempo no acolhimento em acolhimento em apartamento de autonomia, profissão

### **Secção I: Perceções e Representações do Acolhimento Residencial:**

1. Como descreves a tua experiência em acolhimento residencial no apartamento de autonomia?
2. Quais consideras serem os principais benefícios desse tipo de acolhimento?

3. Como te sentes em relação à independência e autonomia que este ambiente oferece em comparação com outras formas de acolhimento?
4. Que desafios enfrentaste ou ainda enfrentas neste tipo de acolhimento?
5. Como percebes ou qualificas o apoio e orientação dos técnicos e auxiliares que recebes no apartamento de autonomia?

### **Secção II: Promoção da Autonomia e Desenvolvimento Pessoal:**

1. De que maneira acreditas que o Acolhimento Residencial em apartamentos de autonomia contribui para o teu desenvolvimento pessoal?
2. Podes partilhar exemplos específicos de como a tua autonomia aumentou ou teve impacto na tua vida?
3. Que habilidades ou competências achas que desenvolveste ou estas desenvolver neste tipo de acolhimento?
4. Sentes que este tipo de acolhimento prepara-te melhor para a vida adulta? Porquê?

### **Secção III: Participação na Tomada de Decisões e Futuro:**

1. Como te envolves na tomada de decisões relacionadas com a tua própria vida e futuro enquanto estás acolhido no apartamento de autonomia?
2. A tua opinião é levada em consideração ao tomares decisões sobre sua vida?
3. Como visualizas o teu futuro após o período de institucionalização? Quais são os teus planos e objetivos?
4. Que tipo de apoio acreditas que irás precisar ao sair do acolhimento e seguir a tua vida independente?
5. Acha que o teu contributo pode melhorar o sistema de acolhimento residencial com base em nas tuas experiências?

### **Encerramento:**

Pergunta final: Existe algo a mais que gostarias de partilhar ou que achas importante referir sobre a tua experiência no acolhimento residencial?

## Anexo 2 Modelo de Consentimento livre e informado



# CATÓLICA

## FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

---

PORTO

**Investigador:** Marco Barros

**Título do estudo:** “Do apartamento de autonomia para a vida adulta – caminhos de aprendizagem”

Os dados recolhidos através desta entrevista serão trabalhados no âmbito da investigação “Do apartamento de autonomia para a vida adulta – caminhos de aprendizagem.”, realizada no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências da Educação – especialização em Pedagogia Social da Universidade Católica Portuguesa.

Porque a tua experiência é muito importante, venho solicitar que dispenses cerca de 25 minutos do teu tempo, assegurando o anonimato e confidencialidade das tuas respostas, bem como a destruição dos dados após a conclusão do estudo.

A tua participação é voluntária e o estudo não comporta quaisquer riscos, existindo a possibilidade de abandono do mesmo em qualquer etapa

Disponibilizamo-nos para o esclarecimento de qualquer dúvida através do telefone: \_\_\_\_\_ ou para o email \_\_\_\_\_

Muito obrigada pela tua compreensão e colaboração.

Assinatura da Investigadora \_\_\_\_\_

Concordo, de forma livre e esclarecida, em participar no presente estudo

Assinatura do/a Participante \_\_\_\_\_

### Anexo 3 – Quadro sinóptico

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Fragmentsos do Discurso</b>
Perceções dos jovens em relação à experiência em apartamento de autonomia.	Benefícios do apartamento	<p><i>“Acho muito boa. Muita gente devia passar por isso para sentir que tem alguém que cuida de nós”,</i></p> <p><i>“(…) antes era muito tímido, mesmo quando ia à rua e tudo. Mas quando vim para o apartamento, comecei a andar mais sozinho, a fazer as coisas sozinho, o que me obrigou a expressar-me para as pessoas.” (EJ1)</i></p> <p><i>“Acho que dá assim visão de vida às pessoas que estão no apartamento de autonomia, permite verem os tipos de coisas que eles têm que fazer para se adaptar na vida adulta, tanto em tarefas, mais em relações em casa e tudo mais. Acho que é benéfico. (EJ5)</i></p>
	Liberdade e Privacidade	<p><i>“Acho que é muito boa. Muito sinceramente. Quando fazemos a mudança para o apartamento, queremos muita liberdade, e lá conseguimos a liberdade que queremos.” (EJ1)</i></p> <p><i>“No apartamento, temos mais liberdade para fazer as coisas que gostamos sem muita intervenção. Além disso, temos mais privacidade.” (EJ3)</i></p> <p><i>“Posso ir a mais lugares, posso fazer compras, posso fazer isso sem que ninguém vá atrás de mim.” (EJ6)</i></p>
	Desenvolvimento e Aquisição	<p><i>“Acho que é muito importante aprender a cozinhar e assim, temos alguém ali que nos dê apoio. É importante saber gerir o dinheiro para as compras.”(EJ1)</i></p>

	Habilidades	<p><i>"eu quando estava no outro lado do colégio fazia, mas muito pouco (...) no apartamento aprendi a cozinhar aprendi a lavar a minha própria roupa estender e tudo mais que o outro lado do colégio não fazia."(EJ3)</i></p> <p><i>"estou a desenvolver, organização da casa, tipo em limpar a casa, que nem sempre está, mas é uma competência que vamos treinando eu e o pessoal da casa, por isso, acho que é contínua, é uma competência contínua, que vai evoluindo."(EJ5)</i></p>
	Independência	<p><i>"ajuda-nos a preparar-nos para fora do apartamento, portanto sim, acho que sim, ajuda-nos bastante."(EJ3)</i></p> <p><i>"Fazemos coisas que muitos adultos não estão preparados, e sinto que estamos muito à frente na vida adulta." (EJ4)</i></p> <p><i>"Eu entendo que é para me ajudar daqui para a frente, para que eu seja capaz de organizar minha vida sozinho, sem depender deles." (EJ6)</i></p>
Percepções dos jovens sobre os impactos, positivos ou negativos, resultantes da experiência em apartamento de autonomia	Desafios Iniciais	<p><i>"Às vezes, sinto-me com medo, não tenho ninguém para me dar a certeza se estou a tomar a melhor decisão. Eu não sei se a decisão que estou a tomar é a melhor ou a pior, estou a fazer o que acho melhor, mas a longo prazo pode não ser".(EJ1)</i></p> <p><i>"No início sim, nos primeiros anos, porque estava perdido, não sabia o que queria da vida, mas acabei por me encontrar."(EJ7)</i></p> <p><i>"foi me adaptar aos novos residentes que entraram no apartamento de autonomia, (...) depois tive que me adaptar ao estilo de vida deles."(EJ8)</i></p>
	Desenvolvimento	<p><i>"Sinto-me mais autónomo. É isso que se pretende quando vamos para lá, para não estarmos</i></p>

	Pessoal	<p><i>sempre dependentes de alguém. Não temos ninguém para fazer as tarefas por nós, e isso é importante para nós” (EJ1)</i></p> <p><i>“Ganhei autonomia, consigo fazer coisas que não sabia fazer antes.” “Se eu não tivesse essa experiência, não conseguiria sobreviver bem.” (EJ2).</i></p>
	Papel dos Técnicos e Auxiliares	<p><i>“Dou nota máxima, 10. Os técnicos ajudaram-me bastante a melhorar as minhas capacidades. Estão lá todos os dias, e quando preciso, posso comunicar com eles e recebo ajuda.” (EJ2).</i></p> <p><i>“Classificado com nota máxima (...) o técnico estava presente, e mais tarde foi adicionado um auxiliar que ajudou muito em termos domésticos. Acabaram por se tornarem figuras de referência”(EJ7)</i></p>
	Tomada de Decisões	<p><i>“Claro que tenho em conta as opiniões que me dão, porque estão a dar-me uma opinião para melhorar.” (EJ1)</i></p> <p><i>“Depende dos casos. Às vezes, preciso de ajuda, e outras vezes, acho melhor decidir por mim mesmo, com base na minha experiência de vida.”(EJ2)</i></p> <p><i>“Sim, sobre a minha vida, não tenho dúvidas. Tudo o que estou a fazer neste momento é da minha vontade.” (EJ4)</i></p>
<b>Perceções dos jovens sobre possíveis medidas de melhoria dos apartamentos de</b>	Apoio e orientação contínua	<p><i>“A casa não seria a mesma se não estivessem lá presentes. A conversa com eles dá-me atualizações sobre como vou à escola, e acredito que fazem um bom trabalho, nada a apontar.” (EJ4)</i></p> <p><i>“Essas orientações eram positivas, pois obrigaram-me a criar rotinas e não falhar nas coisas que tinham que fazer(..)”(EJ8)</i></p>
	Desafios	<p><i>“Preciso de apoio para juntar dinheiro, que parece fácil, mas pode ser complicado. Acho que é</i></p>

<b>autonomia.</b>	financeiros	<p><i>uma das coisas mais importantes”.(EJ1)</i></p> <p><i>“Eu não sei, acho que é mais apoio, (,,,) acho que vai ser um pouco de gestão, principalmente financeira, é como eu vou gerir o dinheiro.”(EJ6)</i></p> <p><i>“Acredito que precisam de apoio em questões burocráticas, questões de cidadania, como IRS, contratos, recibos verdes e descontos.” (EJ7)</i></p>
	Preparação para o Futuro	<p><i>“Aprendemos muitas coisas lá. Aprender a cozinhar, saber gerir o dinheiro para as compras, fazer tarefas. Tudo isso é fundamental, e não temos ninguém para fazer essas tarefas são coisas que vamos precisar para o futuro (...)” (EJ1).</i></p> <p><i>“Estou indeciso em algumas coisas, mas um dos meus objetivos é ter uma vida independente, ter uma casa, privacidade e melhorar a minha carreira ao longo dos anos”. (EJ2).</i></p> <p><i>“Continuar a estudar, arranjar trabalho, eventualmente criar família, coisas básicas” (EJ7)</i></p> <p><i>“Está uma boa pergunta, porque ainda não sei. Mas penso ir trabalhar, juntar dinheiro e viver sozinho.”(EJ8)</i></p>
	Contribuição para a Melhoria do Sistema de acolhimento	<p><i>“Muita gente devia passar por isso para sentir que tem alguém que cuida de nós e que isso é muito importante. Ter o apoio certo é essencial, porque vamos depender dessa pessoa que está a trabalhar lá.” (EJ1)</i></p> <p><i>“A única coisa que posso dizer é que o apartamento de autonomia é uma segunda oportunidade, uma boa oportunidade para as crianças e jovens adultos crescerem e saírem daqui com uma experiência que nenhuma criança retiraria facilmente em casa.” (EJ4)</i></p>